

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YURI PINHEIRO DA ROSA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
BRICS VIA INSERÇÃO COMERCIAL SOB A PERSPECTIVA DAS LEIS DE
KALDOR**

Porto Alegre

2018

YURI PINHEIRO DA ROSA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
BRICS VIA INSERÇÃO COMERCIAL SOB A PERSPECTIVA DAS LEIS DE
KALDOR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Schönerwald da Silva

Porto Alegre

2018

YURI PINHEIRO DA ROSA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
BRICS VIA INSERÇÃO COMERCIAL SOB A PERSPECTIVA DAS LEIS DE
KALDOR**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 7 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Schönerwald da Silva – Orientador
UFRGS

Profa. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço às instituições Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me proporcionar momentos de dificuldade, onde pude refletir e aprender a cada dia; ao Curso de Relações Internacionais, pelos ensinamentos a respeito da sociedade que me fizeram crescer tanto como cidadão quanto internacionalista; e à Atlântica, Empresa Júnior de Relações Internacionais, a qual me fez enxergar o que realmente importa nas relações profissionais.

Agradeço muito ao meu orientador Professor Carlos Eduardo Schönerwald por todo o apoio e confiança. És um profissional exemplar dentro da academia, que realmente busca o melhor para os seus alunos e alunas.

Aos meus colegas de curso, agradeço todo o companheirismo e auxílio. Aos meus amigos, muito obrigado por estarem juntos comigo nos momentos mais alegres, mas também nos momentos em que encontrei maior dificuldade durante a graduação. Vocês foram e são muito importantes para mim.

Também agradeço aos meus colegas de trabalho, os quais me passaram ensinamentos que não se aprende dentro da universidade. Em especial, agradeço ao meu chefe e mentor, Alfredo Luiz Oliveira, que acreditou em mim desde o início e que me passa diariamente aprendizados de sua vida que me fazem um profissional mais capaz e com um olhar mais nítido do que acontece lá fora. Muito obrigado.

Agradeço, também, do fundo do meu coração à Amanda Santos. Minha parceira, sem você eu não teria me tornado quem sou hoje. Você foi capaz de alterar a forma de algumas de minhas raízes mais profundas. Serei eternamente grato por todo carinho que compartilhou comigo durante esses anos.

Por fim, agradeço a toda minha família, por serem tão presentes e por me amarem incondicionalmente. Em particular, ao meu pai, que me faz sorrir mesmo no estresse da chegada do trabalho; à minha irmã, que me incentivou a escrever o trabalho mesmo quando eu não mais aguentava olhar à tela do computador; e à minha mãe, por todas as noites em que ficou comigo na sala até eu parar de escrever e por ser essa pessoa maravilhosa com tanto amor para dar. Eu amo vocês!

RESUMO

Desde a Primeira Cúpula dos BRICS realizada na Rússia é nítida a expansão do escopo de colaboração entre os membros do grupo. Dos 16 pontos apresentados para a cooperação em 2009, para os 102 expostos na Cúpula de Johannesburgo em 2018, são diversos novos temas que são colocados em debate entre os cinco países. Entretanto, o trabalho que segue dá protagonismo ao âmbito comercial das relações entre os membros do grupo, explorando a evolução quantitativa e qualitativa das trocas comerciais e apresentando um dilema de cooperação e competição em que os Estados em questão são envolvidos. Para essa análise, utiliza-se da teoria de Nicholas Kaldor acerca das estratégias de desenvolvimento via comércio, que concede grande importância para a demanda de mercados externos e à composição de uma pauta exportadora com produtos industriais, com maior valor agregado e tecnologia. Assim, o objetivo central do trabalho é apresentar como se dá as dinâmicas de colaboração e disputa entre os membros e quais são os limites da Cúpula dos BRICS em sua estratégia comercial de desenvolvimento pela perspectiva de Kaldor.

Palavras-chave: BRICS, Comércio Internacional, Nicholas Kaldor, Exportação, Relações Internacionais.

ABSTRACT

Since the first BRICS summit in Russia, there has been a clear expansion of the scope of collaboration among the members of the group. From the 16 points presented for cooperation in 2009, up to the 102 ones at the Johannesburg Summit in 2018, there are several new topics that are being debated among the five countries. However, the work that follows gives prominence to the commercial scope of the relations among the members of the group, exploring the quantitative and qualitative evolution of the trade and presenting a dilemma of cooperation and competition in which the states in question are involved. For this analysis, it is used Nicholas Kaldor's theory of development strategies through trade, which gives great importance to the demand of external markets and to the exports of industrial products, with higher added value and technology level. Thus, the central objective of the paper is to present the dynamics of collaboration and dispute among the members and the limits of the BRICS in its commercial development strategy according to Kaldor's perspective.

Keywords: BRICS, International Trade, Nicholas Kaldor, Export, International Relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	– Grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EUA	– Estados Unidos da América
EAU	– Emirados Árabes Unidos
ONU	– Organização das Nações Unidas
G7	– Grupo dos 7
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
OMC	– Organização Mundial do Comércio
IVCR	– Índice de Vantagem Comparativa Revelada
FMI	– Fundo Monetário Internacional
PT	– Partido dos Trabalhadores
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GATT	– <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PIB	– Produto Interno Bruto
GEAR	– <i>Growth, Employment and Redistribution</i>
G20	– Grupo dos 20
NDB	– <i>New Development Bank</i>
CRA	– <i>Contingent Reserve Arrangement</i>
FTA	– <i>Free Trade Agreement</i>
ITC	– <i>International Trade Centre</i>
NCM	– Nomenclatura Comum do Mercosul
SEZ	– <i>Special Economic Zone</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ASPECTOS TEÓRICOS.....	12
2.1 EXPORTAÇÃO E ABERTURA ECONÔMICA	12
2.2 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO COMERCIAL	14
2.3 AS LEIS DE KALDOR COMO ALTERNATIVA ÀS VANTAGENS COMPARATIVAS	19
2.4 A TEORIA DO INSTITUCIONALISMO LIBERAL INTERNACIONALISTA	23
3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS	26
3.1 BRASIL	27
3.2 RÚSSIA	33
3.3 ÍNDIA	37
3.4 ÁFRICA DO SUL	41
3.5 CHINA	44
4 O PAPEL DOS BRICS E OS LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO COMERCIAL DO GRUPO	50
4.1 OS BRICS COMO INSTITUIÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS	50
4.2 AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE COOPERAÇÃO DENTRO DO BLOCO.....	53
4.3 AS DIFICULDADES NA COOPERAÇÃO E AS RELAÇÕES DE DISPUTA DOS BRICS POR MERCADOS INTERNACIONAIS	57
5 CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Após a primeira cúpula dos BRICS na Rússia em 2009, o desenvolvimento das cinco nações pertencentes ao grupo foi alvo de muitas análises e previsões. Nações as quais formavam o grupo de Estados com uma suposta capacidade de contrabalancear o sistema e propor uma nova estrutura econômica internacional. Entretanto, com inúmeros obstáculos internos e, principalmente, divergências em suas políticas macroeconômicas, os cinco países ainda estão em busca de uma atuação de modo mais integrado no âmbito das relações internacionais.

O termo BRIC surge no início da década de 2000 para qualificar um conjunto de países com potencial de se expandir muito rapidamente em termos econômicos e, assim, políticos. Brasil, Rússia, Índia e China são colocados como futuras potências mundiais (MARCONI, 2015). A análise da evolução dos BRICS pode ser compreendida como tendo três períodos diferentes: em um primeiro momento, o reconhecimento da importância do grupo; em segundo, o amadurecimento político da potencial instituição; e, por fim, a marcha inicial para institucionalizar a cúpula (ABRAHIM, 2014). É durante a crise dos *subprime* de 2008 que o grupo passa a ter maior relevância, apesar do colapso das principais economias centrais que resultou na diminuição da demanda agregada e na necessidade de gerenciamento das reservas internacionais. Porém, a capacidade de recuperação econômica por parte dos quatro países passou a ser encarada como uma alternativa a alguns elementos do sistema vigente da arquitetura financeira internacional. Com uma agenda menos liberal e mais heterodoxa para a resolução desses problemas, essas economias em desenvolvimento trouxeram uma nova discussão aos espaços multilaterais (ALVES, 2011).

A defesa do multilateralismo, da necessidade de reformar na governança mundial (Conselho de Segurança da ONU e o Banco Mundial) e do direito internacional como base de fomento da paz são três dos grandes pontos levantados pelos BRICS. Em consonância com esses, o avanço do diálogo com os países do sul se torna um objetivo explícito, pois fortalece a posição dos países em desenvolvimento (DREHER, 2015). Entretanto, o foco do presente trabalho estará nas ações envolvendo o comércio internacional, principalmente no modo como esses países o encaram e quais as principais consequências nos campos da cooperação e competição de mercados.

Embora o artigo 46 da Declaração de Goa – produto da oitava cúpula dos BRICS de 2016 – dê ênfase na importância da cooperação intra BRICS para o setor industrial e, além

disso, apesar de serem expostos diversos pontos para cooperação econômica internacional na última reunião dos ministros de comércio exterior¹ (em Shanghai, 2017), vê-se que, na realidade, os BRICS são responsáveis por um terço de todos os danos causados aos interesses comerciais uns dos outros em termos de distorções no comércio internacional (EVENETT, 2015). Tal dinâmica revela um dilema de cooperação e disputa nessa busca de uma estratégia em conjunto para o campo do comércio internacional, principalmente quando analisadas sob a ótica das Leis de Kaldor.

Nicholas Kaldor, importante teórico econômico do século XX, autor de importantes ideias macroeconômicas, desenvolveu nos anos 1960 um conjunto de argumentos que concluíam que as exportações de produtos industrializados desempenhavam um papel essencial no dinamismo de economias ao longo prazo. Em contraposição à escola neoclássica, tratou de explicar como a demanda agregada era a principal responsável pelo desenvolvimento econômico das economias (FEIJÓ, 2011). Vê-se que, segundo Kaldor, o que auxiliaria em muito a desenvolver as economias dos países em desenvolvimento, entre eles os membros dos BRICS, seria o fortalecimento das exportações de manufaturados. E isso está intimamente ligado à busca de mercados que importam as mercadorias industrializadas produzidas nesses países, o que acaba gerando uma disputa entre esses.

Portanto, expõe-se o problema central do presente trabalho, o qual, tendo como base a perspectiva econômica que defende o desenvolvimento dos países emergentes no sentido de uma evolução da pauta exportadora para mercadorias de maior valor agregado, questiona quais são os limites da cúpula e cooperação dos BRICS para essa estratégia de desenvolvimento. A hipótese criada é de que os objetivos dos BRICS parecem se distanciar muito do que Kaldor verificou como a correta estratégia para o desenvolvimento, pois tendo em vista que é a demanda agregada a principal variável para alavancar a economia, e tendo as exportações grande importância no aumento dessa demanda, os países dos BRICS ao mesmo tempo em que cooperam em diversas áreas, acabam sendo concorrentes nas questões centrais que levariam a um crescimento sustentável: a busca por mercados para seus produtos de maior valor agregado.

Para isso, alguns objetivos específicos foram elencados que serão buscados em três diferentes capítulos sendo cada um deles correspondente a um capítulo. Em primeiro lugar, serão trabalhados os aspectos teóricos. Nesse sentido, pretendeu-se apresentar a importância

¹ Pontos que foram tratados: (a) Cooperação no comércio e investimento; (b) Facilitação comercial; (c) Ambiente de investimento; (d) Expansão da cooperação em serviços; (e) Promoção do *E-commerce*; (f) Propriedade Intelectual; (g) Sistema multilateral de comércio; (h) cooperação técnica; e (i) outros assuntos (BRICS, 2017).

do comércio internacional para um Estado tanto no âmbito macro como micro econômico, passando pelas diferentes estratégias que um país pode adotar na inserção de mercados externos. Assim, colocou-se em conflito a questão das vantagens comparativas e a de uma evolução da pauta exportadora em busca da venda de produtos de maior valor agregado. É então que se insere a apresentação de Kaldor e a importância de seus ideais para a melhor compreensão do presente trabalho. No segundo capítulo, buscou-se entender as convergências das estratégias industriais e de exportação dos países dos BRICS e se elas refletem em uma atuação em conjunto do grupo BRICS no comércio internacional atualmente. Para isso foi realizada uma análise individual dos cinco países onde se buscou padronizar a pesquisa em torno de variáveis previamente estabelecidas: (1) o modo de atuação do Estado na economia; (2) o papel da indústria e como esta se relaciona com os demais setores; (3) como o país lida com o setor externo e qual sua importância para o desenvolvimento; (4) o grau de abertura econômica; (5) os desafios políticos e econômicos mais recentes. Após isso, em terceiro, objetivou-se entender os avanços e conquistas dos BRICS como grupo, assim como os seus limites para o desenvolvimento dos membros. Por fim, será exposto como se dá tanto a competição por mercados internacionais, quanto a cooperação via comércio entre os próprios países dos BRICS por meio de dados atualizados do comércio exterior. Logo, pode-se afirmar que o objetivo geral do trabalho é o de analisar, frente ao dilema de cooperação e competição no comércio internacional, os limites das estratégias para o desenvolvimento dos BRICS tendo como referência as Leis de Kaldor (1966).

Para a justificativa acadêmica são colocados dois pontos centrais. O primeiro é de transformação do Brasil em objeto de pesquisa e aproximação do nosso país e suas ações internacionais da academia. Em segundo, a importância do comércio internacional, pois dentro do curso de Relações Internacionais da UFRGS é uma disciplina que ganha pouco destaque e que possui grande impacto no desenvolvimento econômico brasileiro. Acerca da justificativa social, o estudo do comércio exterior e o levantamento de informações de grande utilidade para os brasileiros levarem suas empresas e instituições para mercados internacionais são extremamente importantes para a sociedade. Além disso, é essencial saber como está posicionado o Brasil e seus parceiros em espaços como a cúpula dos BRICS para que se possa pensar com mais cuidado os passos que serão dados acerca do tema.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

A fim de alcançar os objetivos propostos na introdução, é necessário apresentar todas as bases teóricas das diferentes áreas de conhecimento que serão abordadas no decorrer do presente trabalho. A partir da conceituação e exposição da importância do mercado internacional para as economias nacionais, será dada ênfase às exportações como importante instrumento de desenvolvimento econômico. Logo após, será feita uma análise a respeito das diferentes estratégias e da postura que os países podem adotar ao se inserirem no comércio internacional.

2.1 EXPORTAÇÃO E ABERTURA ECONÔMICA

Assim como expôs Fabrício Vieira e Márcio Holland (2008) em seu trabalho, existem visões que divergem quando o objeto do debate são os fatores² que explicam os diferentes níveis de desempenho das mais diferentes economias ao redor do mundo. No presente trabalho, será dado destaque ao fator da demanda agregada, principalmente à demanda do mercado internacional, a qual produz um efeito de restrição externa ao crescimento econômico (THIRLWALL, 1979).

Buscando dar maior importância explicativa para o efeito do mercado externo para o crescimento da economia dos países, Krueger (1998) afirma que os Estados que praticaram uma estratégia de buscar o crescimento voltado para fora, conhecida como *outer-oriented trade strategies*³ tiveram consequências muito mais satisfatórias quando comparados com outros países que aplicaram os princípios da substituição de importações e focaram em desenvolver uma indústria voltada para o mercado interno (VIEIRA; HOLLAND, 2008). Além disso, existe uma relação positiva bastante considerável entre a renda per capita de uma economia e a abertura para o comércio internacional, mostrando que com uma aproximação

² Entre os fatores citados por Fabrício Vieira e Márcio Holland (2008) utilizados por diferentes autores para explicar os distintos níveis de crescimento econômico estão: (a) o papel da história e das instituições (ACEMOGLU, JOHNSON e ROBINSON, 2000); (b) as questões geográficas (SACHS, 2001, 2003); (c) o nível de integração comercial entre os mercados (KRUEGER, 1998); (d) o acúmulo de capital humano (ROMER, 1986, 1994; BARRO, 1997; GLAESER et al., 2004); (e) e a demanda agregada internacional (THIRLWALL, 1979; MCCOMBIE e THIRLWALL, 1994).

³ Segundo Anne Krueger, em sua publicação de 2001 intitulada "*Why Trade Liberalisation is Good for Growth*", *outer-oriented trade strategies* (estratégias de comércio voltadas para o setor externo, tradução livre) são apresentadas em oposição às medidas de substituição de importações, pois seriam adotadas políticas de liberalização do comércio internacional, eliminando barreiras para a importação, como restrições quantitativas e taxas de importação.

da economia doméstica de mercados externos, o poder de compra da população se eleva (NOGUER; SISCART, 2005).

Nota-se que ainda não se trata de uma análise da pauta exportadora, ou seja, das características e categorias dos produtos vendidos a outras economias, mas apenas da aproximação de mercados, expandindo a demanda das mercadorias nacionais. No longo prazo, essa busca de novos consumidores em mercados externos servirá como referência para a taxa de crescimento da economia nacional, tornando-se, ao mesmo tempo, uma restrição, pois o progresso do produto interno não excederá as taxas que são compatíveis com o equilíbrio do balanço de pagamentos (THIRLWALL, 1979). No curto prazo, outras variáveis e fatores possuem maior capacidade explicativa do processo de variação das taxas de crescimento, como a instabilidade financeira, os choques econômicos e as expectativas sobre os principais índices (BERTOLA; HIGACHI; PORCILE, 2002). Assim, no longo prazo, a maior taxa de crescimento que a economia é capaz de alcançar, sem que exista qualquer desequilíbrio ou deterioração das contas externas, corresponderá à relação entre a taxa do aumento das exportações dividida pela elasticidade-renda da demanda por produtos das economias externas, padrão que ficou conhecido como Lei de Kaldor-Thirlwall (LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

Algumas hipóteses, apesar de parecerem óbvias e instintivas, são alvo de robustas análises, gerando pesquisas minuciosas com resultados de grande importância para o estudo do comércio internacional, como a recente descoberta de que países dão preferência no contato comercial com mercados mais próximos e de maior população (NOGUER; SISCART, 2005). Ou seja, que, a princípio, terão menores custos de logística e mais consumidores demandando as mercadorias produzidas domesticamente. Outros elementos também entraram nas pesquisas que objetivam formular as dinâmicas do comércio internacional, como a geografia, por exemplo. Existem diversos canais de influência de aspectos geográficos⁴ sobre a relação comercial entre dois ou mais países (FRANKEL; ROMER, 1999).

Além disso, os principais fatores para equacionar o comércio bilateral são os tamanhos dos países, o intervalo espacial entre eles, a natureza de suas fronteiras - se são terrestres ou possuem saída para o mar - e, por fim, se são limites territoriais um do outro (FRANKEL;

⁴ Em 2005, Marta Nogueira e Marc Siscart publicam um artigo que tenta relacionar diferentes fatores com o comércio internacional de um país. A respeito dos aspectos geográficos, os autores afirmam existir três canais que impactam no maior ou menor nível de comércio do país: (a) o ambiente de doenças e morbidade; (b) os recursos naturais e a produtividade na agricultura; e (c) as instituições, as quais possuem maior ou menor impacto de acordo com a sua latitude.

ROMER, 1999). No entanto, a relação entre o total de comércio do país e sua renda permanece sólida (NOGUER; SISCART, 2005).

Já no âmbito microeconômico, as empresas, ao se internacionalizarem, também são beneficiadas. Entre os diversos benefícios, podem-se citar os principais, como uma estratégia mais completa de desenvolvimento da empresa: a) melhora da produtividade e otimização dos custos de produção; b) superação de possíveis limitações da demanda doméstica; c) alcance de preços mais competitivos; d) menor dependência do mercado interno e, por fim, e) aumento da rentabilidade da instituição (MINERVINI, 2012).

Uma importante observação é que na pesquisa realizada por Nogueira e Siscart (2005), é exposto que mesmo que a abertura econômica seja comprovadamente saudável para a economia de um país, nem todas as políticas que objetivam reduzir a aproximação de mercados externos afetam negativamente os resultados econômicos. Sendo assim, não está em questão o julgamento da eficiência no aumento da renda com a aplicação de um modelo com medidas protecionistas ou de livre mercado, mas de análise do impacto dos fatores. Todavia, com a apresentação anterior dos benefícios observados, é tida como conclusão a importância do comércio internacional e das políticas que envolvem a promoção deste (FRANKEL; ROMER, 1999).

2.2 ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO COMERCIAL

Tendo afirmado que a busca por uma aproximação de mercados externos traz resultados mais positivos do que negativos para a economia, surge outra questão: a respeito de qual seria a melhor estratégia - mais rentável e com mais benefícios para o país que almeja o mercado internacional - para tal processo. De um lado, têm-se o princípio das vantagens comparativas, criada inicialmente por David Ricardo (1817) e que pronuncia que um país deve-se especializar na produção das mercadorias que possuem o menor custo de oportunidade, levando a uma inserção internacional por meio da exportação dos produtos que são elaborados com maior eficiência em relação a outras economias (ALVES, 2014). Do outro, a estratégia da busca de uma pauta exportadora com produtos de valores agregados cada vez maiores, o que exige do país focar mais no desenvolvimento da indústria e da tecnologia na produção.

No início dos anos 90, com o surgimento de processos como a globalização, a criação de blocos econômicos e comerciais e a formação da Organização Mundial do Comércio (OMC), algumas barreiras à mobilidade de produtos, serviços e capitais foram eliminadas.

Dessa maneira, foram ampliadas as possibilidades de contato entre diferentes mercados e, assim, levou-se a um maior grau de complementaridade comercial entre os países (FEISTEL; HIDALGO, 2013). Portanto, torna-se mais fácil visualizar as vantagens comparativas entre as economias nacionais.

De acordo com Koshiyama (2008), a concepção que surgiu era a de que o progresso técnico - maior produtividade e, assim, redução dos preços das exportações - dos países desenvolvidos iria ser distribuído nos países em desenvolvimento através da diminuição dos preços relativos das mercadorias industrializadas que seriam importadas pelos últimos. Assim, a aproximação desses diferentes mercados traria também outra vantagem: a diversificação das importações, levando ao consumo de novos produtos, inclusive de bens de capital, essenciais para o incremento da produção interna (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007). Os países em desenvolvimento, então, continuariam a se especializar, provavelmente, na produção e exportação de produtos primários e de menor valor agregado, com preços cada vez mais competitivos. É estabelecido, então, que o princípio das vantagens comparativas é uma das principais justificativas para o incentivo da abertura comercial (KOCHIYAMA; FOCHEZATTO, 2013 apud ALVES, 2014).

Em 1965, Balassa utiliza do princípio das vantagens comparativas e desenvolve o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e consegue calcular a participação de um produto nas exportações de uma economia em comparação com algum espaço de referência e, assim, saber se há razões para continuar a exportar (DORNELES; DALAZOANA; SCHLINDWEIN, 2012). É considerada revelada, segundo Hidalgo e Mata (2004), pois é analisada apenas depois que as trocas do produto já ocorreram, ou seja, baseado em dados observados após a efetivação do comércio. Todavia, é um instrumento de grande auxílio para entender os fluxos de comércio externo de diversos produtos ao longo do tempo (SANTOS, 2005), definir o padrão de especialização internacional e, assim, de grande importância para a formulação de estratégias de crescimento de determinada região exportadora - caso seja por meio das vantagens comparativas o canal de desenvolvimento adotado (DORNELES; DALAZOANA; SCHLINDWEIN, 2012).

Como exemplo, Waquil et al (2004) analisou dados do comércio brasileiro com a União Europeia durante a década de 90 utilizando o IVCR e foi verificada vantagens comparativas na exportação de diversos produtos, entre eles, soja, suco de laranja, carnes e açúcar em uma comparação com a exportação dessas mercadorias de outras economias nacionais (DORNELES; DALAZOANA; SCHLINDWEIN, 2012). Da mesma forma, Cavalcanti e Guedes (2015) evidenciaram que existe uma vantagem comparativa da soja em

grãos baiana em relação aos maiores exportadores desse produto do mundo a partir de uma análise tendo como base o uso do IVCR. Os resultados obtidos em ambas as pesquisas, ao apontarem essas vantagens, seriam úteis para a aplicação de novas políticas de promoção e manutenção do comércio⁵, influenciando decisões centrais na estratégia de inserção internacional brasileira.

Portanto, surge a questão de seguir o princípio das vantagens comparativas, direcionando a produção para produtos que já são exportados e incrementar o valor das vendas destes, ou passar a produzir mercadorias antes importadas, diversificando a pauta de exportação nacional. O crescimento econômico que leva o país a produzir de forma desproporcional na direção da mercadoria que exporta é conhecido como crescimento viesado para exportações; já na direção das importações, é o crescimento viesado para importações. A partir de estudos realizados acerca do tema, concluiu-se que o crescimento em direção das exportações tende a piorar os termos de troca da economia nacional, e o contrário levaria a uma melhora dos termos de troca (KRUGMAN; OBSTFELD, 2007 apud ALVES, 2014).

Em 1950, Prebisch e Singer apresentaram suas teses revelando que, ao ser adotado o modelo de vantagens comparativas para o desenvolvimento nacional daquelas economias que exportavam produtos primários a razão entre preços dos produtos exportados e os dos importados cairia ao longo do tempo, levando a uma deterioração dos termos de troca nos países periféricos, processo o qual teria um impacto negativo nessas economias (apud ALVES, 2014). Assim, o crescimento viesado para as exportações nessas regiões primário exportadoras seria autodestrutivo, levando ao que foi chamado por Luiz Carlos Bresser Pereira e Nelson Marconi (2008) de *crescimento empobrecedor*⁶ (BRESSER PEREIRA; MARCONI, 2008).

Retornando ao estudo das vantagens comparativas reveladas brasileiras, conclui-se que as políticas de incentivo a essas exportações que ocorrem a partir dos resultados encontrados, podem, por um lado, melhorar o saldo da balança comercial, mas, por outro, levam a uma especialização na produção de mercadorias de menor valor agregado do que os exportados pelas economias mais desenvolvidas, acarretando no processo descrito no

⁵ Importante esclarecer que o instrumento IVCR é de grande importância para a elaboração da estratégia, não sendo analisado nessa afirmação o sucesso no resultado da mesma. É ressaltado que apesar de muitos Estados em desenvolvimento mesmo ao utilizarem com eficiência esse instrumento e aderirem aos princípios das vantagens comparativas, podem estar fragilizando suas economias, tornando-as mais dependentes da flutuação dos preços de commodities e tendo seus termos de troca em constante deterioração.

⁶ Segundo os autores, "O crescimento viesado para exportações nestes países pioraria demasiadamente os termos de troca, a ponto de a situação ser pior do que se não houvesse crescimento. Essa situação de piora é conhecida como crescimento empobrecedor ou maldição dos recursos" (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p.28).

parágrafo anterior (DORNELES; DALAZOANA; SCHLINDWEIN, 2012). O aumento da exportação de produtos primários frente a de manufaturados é visto com muita cautela, pois tendo valor adicionado mais baixo e menor conteúdo tecnológico, as receitas provenientes do comércio internacional estão expostas também a uma instabilidade recorrente (FEISTEL; HIDALGO, 2013). Surge então uma preocupação: é de extrema importância os países conhecerem quais são os mercados com relações comerciais mais benéficas com que se associa e quais são os produtos exportados e importados que trazem mais vantagens para a economia (ALVES, 2014).

Em busca de uma alternativa às vantagens comparativas, primeiro há de se entender dois conceitos: o primeiro o de *vantagem competitiva*. Diferente das vantagens comparativas, são relativas a fatores de produção em abundância de uma região referencial, que leva a menores custos e a uma especialização. As vantagens competitivas estão relacionadas às características tecnológicas, organizacionais e logísticas que fazem uma economia se especializar em certos setores em detrimento de outros (KENEN, 1994; PORTER, 1993 apud MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001). E o segundo conceito é o de *learning by doing*, que se refere ao processo em que “existem ganhos que não são explicados pela aplicação do capital e do trabalho, mas de algo exógeno que faz surgir esse benefício suplementar” (SOUSA, 2005, p. 140), e que tenta “mostrar que alguma coisa no processo produtivo não advém do trabalho mais o capital, porém da experiência no dia-a-dia da atividade de labuta na indústria” (SOUSA, 2005, p. 140).

Se as economias centrais dependem cada vez menos da produção de produtos agrícolas na composição do produto interno bruto, ou se os termos de troca estão em deterioração, há uma visível necessidade de promover a industrialização. Se existe uma vantagem comparativa inicial na agricultura, uma condição para que haja uma mudança na direção das vantagens, é a de que o potencial de *learning by doing* nesta economia tenha níveis mais altos na indústria do que na agricultura (MARINHO; BENEGAS; BARRETO, 2007). Com isso, o país buscará também uma alteração nas vantagens competitivas, investindo em tecnologia, aspectos organizacionais e logística, gerando mais rentabilidade para a produção de manufaturas e nos setores associados. É a partir de uma diversificação dos investimentos em novas atividades que estimulam o crescimento por meio da difusão de tecnologia (LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

Isso mostra que economias ditas com vantagens comparativas iniciais em produtos primários podem alcançar, no longo prazo, vantagens na exportação de mercadorias da indústria, como ocorreu com a indústria siderúrgica da Coreia do Sul. Segundo Reeding

(1999), um estudo do Banco Mundial do início dos anos 1960 afirmava que a Coreia não possuía vantagem comparativa alguma naquele setor. No entanto:

[...] o governo coreano fundou, em 1973, a Pohang Iron and Steel Company (POSCO). Surpreendentemente, em 1988 a POSCO tornou-se a décima primeira maior companhia siderúrgica do mundo, operando com 80 plantas individuais e com custos unitários que eram cerca de dois terços dos observados na indústria siderúrgica americana (MARINHO; BENEGAS; BARRETO, 2007, p.10).

Então, o que se vê é uma alternativa à inércia imposta pelas vantagens comparativas. A busca por uma produção e uma pauta exportadora com maior valor agregado traz muitos benefícios, principalmente, para os países em desenvolvimento, tendo em vista a pretensão de melhorar suas economias domésticas e almejar espaços mais importantes no sistema internacional de trocas. Dani Rodrik (2005) afirma que estruturas produtivas com maior diversificação de produtos demonstram taxas de crescimento maiores e com maior consistência quando comparadas a estruturas mais concentradas e especializadas, e, assim como autores discutidos anteriormente, apresenta que países em desenvolvimento precisam buscar exportar produtos industrializados a fim de concorrer com os países mais ricos e não concentrar as vendas internacionais apenas em mercadorias intensivas em recursos naturais e trabalho (LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

A missão de manter o equilíbrio da balança comercial é um obstáculo de peso para aquelas economias com forte concentração das exportações em produtos primários, pois existe uma tendência de aumento dos gastos das famílias em produtos manufaturados em detrimento das commodities (ALVES, 2014). É apenas com investimento no processo de industrialização e com a exportação de mercadorias com maior valor unitário que essa restrição externa poderá ser aliviada (LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

É importante retomar, neste ponto, a Lei de Kaldor-Thirlwall e a restrição ao crescimento ao longo prazo, pois se vê que a estrutura das exportações e, assim os termos de troca, possuem influência nessa restrição. Thirlwall (1979), como apresentado anteriormente, observa que as causas para as distintas taxas de crescimento das economias não estão atreladas aos fatores do lado da oferta como acumulação de capital e tecnologia, mas ao crescimento da demanda. Entretanto, as demandas por produtos primários e manufaturados são distintas, por isso, Thirlwall (1991) também afirma que países exportadores de bens primários com menor tecnologia terão uma maior restrição ao crescimento justamente devido ao balanço de pagamentos desequilibrado. Portanto, países em desenvolvimento que buscam ter uma melhora nos termos de troca e, com isso, um impacto positivo em suas economias,

devem adotar políticas que aumentam sua competitividade internacional e que também favoreçam a queda na elasticidade-renda da demanda por importações (VIEIRA; HOLLAND, 2008).

Logo, o objetivo desejável para uma economia, conforme Wahee (2011) é da melhora constante dos termos de troca, o que leva uma otimização da alocação dos recursos, principalmente para a pesquisa e desenvolvimento, que trarão benefícios de produtividade e novamente impactando nos termos de troca (ALVES, 2014). No nível da microeconomia, esse aumento da produtividade nas empresas nacionais está relacionado com a diminuição dos custos e, por conseguinte, com a queda dos preços dos produtos que serão exportados. Retornando ao macro, as exportações tornam-se mais competitivas, alcançando novos mercados no exterior, pois são produtos de maior qualidade e com menor preço final, o que, aumentando a demanda, estimulará mais investimento na indústria (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001).

2.3. AS LEIS DE KALDOR COMO ALTERNATIVA ÀS VANTAGENS COMPARATIVAS

Os modelos de crescimento conhecidos como *mainstream* por serem de vertentes mais ortodoxas são adeptos à Lei de Say e, diferente da visão keynesiana, dão maior destaque aos aspectos do lado da oferta. Na opinião desses autores, as economias capitalistas, no longo prazo, tendem a empregar de maneira integral os recursos à disposição na economia, sejam eles capital ou trabalho (BARBOSA-FILHO, 2001). De maneira evidente, apesar de não ser a vertente que será seguida no presente trabalho, variáveis do lado da oferta também são importantes para o estudo do crescimento econômico, sendo as principais o progresso tecnológico, a competitividade além do preço, padrões de especialização, qualidade, pós venda e fatores de distribuição (BERTOLA; HIGACHI; PORCILE, 2002).

Segundo Bresser-Pereira (1975), a revolução keynesiana consistiu em quatro grandes pontos que acabaram por trazer uma nova perspectiva do pensamento econômico. Em primeiro lugar, a microeconomia deu espaço para questões de amplitude nacional, a macroeconomia; Em segundo, houve, então, uma crítica à Lei de Say, em que se deu ênfase aos aspectos da demanda agregada e não da oferta agregada, a qual era uma função da produção; Em terceiro, foi transformado o fator investimento em uma variável autônoma de enorme importância, que acaba por definir o nível geral de renda e poupança e não mais é definida dentro do sistema; e, por último, e talvez mais importante, que o equilíbrio geral e automático da economia, ao contrário do que afirmavam os neoclássicos, não era garantido. É

a partir dessa visão macroeconômica que Nicholas Kaldor (1966) parte para criar as suas leis (BRESSER-PEREIRA, 1975).

Kaldor (1975) afirma que o crescimento econômico é induzido pela demanda e não é movido a partir da restrição de recursos. Para Kaldor (1966), a demanda por produtos industriais era ainda mais importante para o crescimento da economia e, por sua vez, o crescimento da demanda é exógeno ao setor industrial. A partir disso, surge um debate a respeito das causas do crescimento da demanda e da economia, sendo o que causa o que no primeiro momento, revelando a ordem das casualidades. Para Kaldor (1966), a expansão do setor de manufaturas é um processo circular cumulativo (apud RICOY, 2001). O setor industrial é o motor do crescimento, sendo responsável por acumular os seus próprios recursos, pois a indústria é capaz de produzir os bens que irá utilizar e cria a poupança a partir dos lucros dos próprios investimentos. Além disso, a indústria consegue absorver a mão de obra dos setores da agricultura e dos serviços, entretanto, um crescimento da produção no setor industrial não significa uma diminuição da produção dos outros setores, mas o oposto disso: acaba gerando mais estímulo para o crescimento dos outros setores (KALDOR, 1981). Ademais, o setor industrial funcionaria com retornos crescentes de escala, impactando na produtividade da economia como um todo, diferente do que pensavam os neoclássicos (PASINETTI, 1983 apud LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

Obviamente a produção industrial irá demandar muito capital, principalmente em termos de maquinário, mas também de mão de obra de qualidade. A acumulação de capital, portanto, anda lado a lado com o desenvolvimento econômico, não sendo possível descrever se é uma causa ou uma consequência deste. Sabendo da necessidade desses capitais, o crescimento da demanda dos produtos industriais também possui um papel essencial, sendo essa a responsável por incentivar o investimento e também financiar o mesmo, com contratações e compras de capital – novos meios de produção (KALDOR, 1978).

Partindo para o tema do mercado externo, Kaldor (1966) afirma que as exportações de produtos industrializados exercem uma função de extrema importância para o dinamismo da estrutura econômica (LAMONICA; FEIJÓ, 2007). É a partir dessa relação entre industrialização e busca de mercados no exterior que nascem as Leis de Kaldor apresentadas no texto *Causes of the Slow Economic Growth of the United Kingdom* de 1966. Em primeiro lugar, como tratado anteriormente, a indústria possui uma posição central na análise econômica de Kaldor (1966), pois, segundo ele, quanto maior a taxa de crescimento do setor industrial, mais elevado será o crescimento do produto total do país. Em segundo, a lei conhecida como Lei de Kaldor-Verdoorn, que diz respeito a uma relação positiva entre a

produtividade da indústria e o crescimento do produto nacional. Em terceiro, a lei que se refere ao modelo de *export-led growth*, que afirma haver uma conexão entre a taxa de crescimento das exportações e o crescimento do produto do país. E em quarto lugar, a lei que receberá maior destaque no presente trabalho e que já foi mencionada anteriormente, a Lei de Kaldor-Thirlwall (apud LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

A quarta Lei segue o princípio keynesiano de ser a demanda agregada a responsável pelo crescimento econômico, pois ao afirmar que a principal restrição ao crescimento do produto em uma economia aberta é o balanço de pagamentos, se está declarando que não são os fatores da oferta que determinam o crescimento, mas a procura pelos produtos do país. Sendo assim, em uma economia aberta, os mercados externos serão responsáveis por demandar esses produtos e, quanto menos houver restrição a esses mercados, mais será estimulado a produção e, assim, o crescimento da economia (LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

Entretanto, para alcançar os objetivos externos de busca pelos mercados certos, precisa-se antes ter os melhores produtos. E, segundo Kaldor (1966), seriam esses os produtos industriais. Para que tenha uma produção industrial satisfatória, seria necessário buscar economias de escalas, capazes de fornecer produtos de melhor qualidade e com custos menores. Economias de escala surgem a partir de novos processos produtivos, da diferenciação dos produtos e na abertura de indústrias subsidiárias (LAMONICA; FEIJÓ, 2007). Todavia, Kaldor (1975) conclui que um fator acaba por limitar o crescimento da produtividade no setor industrial: a oferta de trabalho. A indústria pode sofrer uma falta de mão de obra, o que impossibilitaria o alcance de uma economia de escala, ou seja, o crescimento da taxa de emprego eleva a produtividade segundo Kaldor (1975). Para isso, Kaldor, no ano de 1966, idealizou uma taxa chamada *Selective Employment Tax*⁷, a fim de alocar a mão de obra de outros setores para a indústria (ROWTHORN, 1975).

O tema de produtividade merece destaque, pois é a partir do crescimento desta que a economia passa a ter os produtos que irão ser levados para ganhar espaço no mercado internacional. Apesar de Prebisch (1970) e Kaldor (1966) compartilharem a ideia de que o crescimento da economia tem uma relação positiva com o aumento da produção de manufaturas (apud CASILLAS, 1994), os dois autores divergem quanto à natureza da relação dos três seguintes fatores: produtividade do trabalho, taxa de emprego e produção. Enquanto Kaldor (1975) afirma ter uma correlação positiva entre as três, ou seja, um aumento na

⁷ Foi uma taxa formulada por Kaldor que objetivava principalmente levar trabalhadores do setor de serviços para o setor de indústrias "essenciais". A taxa de emprego seletivo – tradução livre - era paga semanalmente por todos os trabalhadores do Reino Unido, mas devolvida no fim do período de contábil da empresa em valor integral apenas àqueles do setor industrial (FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION, 1967).

produção geraria um aumento na taxa de emprego da economia que, por meio das economias de escala, elevaria a produtividade, Prebisch observou na América Latina que esse fato não ocorria. Para o autor argentino, o processo de substituição de importações ocorrido durante as décadas de 50, 60 e 70 em alguns países da América Latina não conseguiu resolver o problema do emprego, pois o aumento da produção e da produtividade não impactou de maneira positiva no aumento da oferta de emprego para os latino-americanos (CASILLAS, 1994). Importante enfatizar que no presente trabalho será adotado a concepção de Kaldor (1966), onde mesmo com o aumento da produção e a absorção de capital e mão de obra a economia irá ganhar em escala e, assim, em produtividade (LAMONICA; FEIJÓ, 2007).

O crescimento de produtividade, segundo Kaldor (1975), crescerá mais do que proporcionalmente em relação ao aumento da produção industrial, o que nos permite avaliar que há uma tendência significativa de crescimento da desigualdade entre economias mais desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, pois os ricos conseguiriam absorver com mais intensidade esses ganhos gerados pela produtividade, que irão representar produtos melhores e mais baratos - que serão levados para mais mercados e competir com outras mercadorias de países com menor absorção de produtividade. Entretanto, ainda sobre a Lei de Kaldor-Verdoorn, como já foi chamada no presente trabalho e que trata justamente da relação entre produtividade e aumento do produto nacional, nota-se que ela serve apenas para economias em expansão, isto é, enquanto há crescimento na economia, a produtividade dessa também se eleva, mas se há alguma recessão, a produtividade não necessariamente irá decrescer mais do que proporcionalmente, ainda mais que há a observação de que empresas com pouca produtividade irão acabar por desaparecer do mercado naturalmente (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001).

Resumindo, o aumento da produção, do emprego e, assim, da produtividade, são os pilares para o crescimento econômico, que por sua vez, também depende do lado das vendas, ou seja, do encontro da demanda, principalmente via exportações. Como já mencionado, força de trabalho, acumulação de capital e tecnologia são variáveis exógenas segundo Kaldor (1966), diferente do crescimento da demanda agregada por exportações, que, em relação à propensão a importar irá determinar o dinamismo econômico da economia e, ao longo prazo, as diferentes taxas de crescimento entre os países (THIRLWALL, 1983 apud LAMONICA; FEIJÓ, 2007). Para os países em desenvolvimento, portanto, um dinamismo mais elevado na indústria significará mais estímulo ao crescimento e criação de amarras entre os setores (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001) e, para isso, esses países devem desenvolver políticas busquem o progresso tecnológico por meio da acumulação de capital e, assim, ter

uma indústria com maior competitividade no cenário internacional (LAMONICA; FEIJÓ, 2007), o que, por fim, se revela uma estratégia alternativa às das vantagens comparativas apresentada na seção anterior.

2.4. A TEORIA DO INSTITUCIONALISMO LIBERAL INTERNACIONALISTA

Para o devido prosseguimento na seção teórica, há de se estabelecer com qual vertente das Relações Internacionais o presente trabalho melhor se relaciona, ou seja, qual teoria tem a maior capacidade de explicar os eventos e processos que terão posição central no tema. Para isso, foi levado em consideração o nível de importância que é dado a instituições internacionais e a defesa da cooperação como mecanismo válido e possível dentro do sistema das relações internacionais.

As vertentes institucionalista liberal, também chamada de institucionalismo neoliberal, e a neo-realista possuem diversos pontos de divergência, mas também há alguns consensos a respeito de como operam as relações entre os Estados. Entre as principais discordâncias, se dará destaque à questão das expectativas de cooperação entre os atores internacionais. Enquanto os autores neo-realistas afirmam derivar da estrutura anárquica internacional um sistema de conflito permanente que inibe os Estados de cooperarem em busca de ganhos conjuntos, o institucionalismo liberal irá apresentar que, apesar de concordar com a existência de uma anarquia no sistema internacional, os Estados possuem grande margem para a cooperação, principalmente por meio das instituições internacionais, as quais possuem papel importante para facilitar esses processos de colaboração (MENDES; LIMA, 2005).

Entretanto, como já apresentado, existem pontos de concordância entre as duas vertentes. O institucionalismo liberal combina elementos pragmáticos do realismo com um viés cosmopolita do filósofo clássico Immanuel Kant, principalmente quando tangencia assuntos de direitos humanos e cooperação (ADRIANO, 2012). Tanto neo-realistas quanto institucionalistas liberais compartilham das premissas da natureza maximizadora e racional dos Estados enquanto agentes do sistema internacional que buscam vantagens e possuem interesses, e também há consenso, como explanado anteriormente, de que a estrutura internacional é anárquica e acabar por constranger as ações dos Estados centrais do sistema. Entretanto, ao partir de pressupostos e lógicas muito semelhantes, no que concerne à atuação dos Estados na esfera internacional há uma divergência significativa (MENDES; LIMA, 2005).

No institucionalismo liberal são três as características mais marcantes. Em primeiro lugar, há destaque para as instituições e regimes internacionais, que inferem na conduta dos

Estados; em segundo, é dada importância para os atributos de transparência, ação democrática e boa-fé como práticas aceitas; e, em terceiro, existe uma necessidade para o institucionalismo liberal de que seja buscada a multilateralidade e maior participação dos Estados (CASTRO, 2012). Importante destacar que o liberalismo tratado aqui não é o mesmo do viés da ciência econômica e que o conceito de instituição usado é o do professor norte-americano Robert Keohane (1988): “Um arranjo específico construído por humanos organizado formal ou informalmente” (CASTRO, 2012).

Keohane, em conjunto com Joseph Nye, apresentaram em 1977 a complexidade dos múltiplos atores nas Relações Internacionais (apud ADRIANO, 2012). A partir de então, as instituições internacionais passaram a ganhar mais espaço e importância dentro dos debates da política mundial. As instituições internacionais levam a sistemas de cooperação entre os Estados que fazem parte das mesmas, pois permite que o princípio da reciprocidade permeie a interação entre os atores. Para isso, as instituições criam espaços de negociação e busca de consensos, reduzindo custos transacionais que são próprios da busca de acordos e facilitando a distribuição de informações, buscando um ambiente mais simétrico de conhecimento dos acontecimentos e das intenções de um Estado para o outro. Portanto, as instituições acabam por mitigar os efeitos de competição e individualismo relacionados à estrutura anárquica do sistema internacional (MENDES; LIMA, 2005).

As instituições também servem de ferramenta para que os demais atores internacionais pratiquem influência uns sobre os outros e, além disso, sinalizem os seus objetivos. Caso haja divergências e ideias conflitantes em seus interesses, será nas próprias instituições que serão criados espaços de negociação (ADRIANO, 2012). Esse fenômeno é possível de se observar na própria Organização das Nações Unidas (ONU), a qual foi inspirada pelas ideias do institucionalismo liberal e busca ser o centro harmonizador dos Estados quais fazem parte da instituição (CASTRO, 2012).

A influência sobre eventos internacionais e domésticos realizada pelas instituições internacionais é inegável, entretanto, há diferenças nos níveis de *enforcement*⁸ das instituições e regimes sobre a conduta dos países. Enquanto organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) demandam que seus membros cumpram com as normas acordadas sob pena de punições de naturezas diferentes, outras instituições, como a do próprio BRICS, não possuem tal capacidade de cobrar posturas tanto no âmbito doméstico quanto em relação às suas ações internacionais, entretanto, essa última, mesmo sem ter mecanismos de

⁸ Segundo Janina Onuki (2014), *enforcement* é a capacidade das instituições de tornarem efetivas suas decisões.

monitoramento, possui papel de grande importância como espaço de cooperação e de redução de incertezas.

3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS

Durante a década de 1990 inicia-se um debate a respeito do surgimento de um novo sistema multipolar nas relações internacionais. Com essa busca de diversos Estados em aumentar seu poder relativo, manifestam-se relações recentes de cooperação e competição, as quais refletem na criação de novas plataformas e espaços de colaboração. Entre essas, a coalizão dos BRICS, a qual une Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, surge com o objetivo de aprofundar a cooperação política e econômica entre seus membros e advogar por reformas no sistema internacional (ABDENUR; FOLLY, 2015). O grupo não foi instituído por meio de tratado e não possui personalidade jurídica, nem ao menos secretariado fixo ou uma sede física. Apesar de estar em um processo de crescente institucionalização, a natureza dos BRICS é de um arranjo institucional informal e não de uma organização internacional nos moldes convencionais (FERNANDES; CARDOSO, 2017).

É a partir da crise de 2008 e da desconfiança de algumas instituições da governança internacional que os BRICS passa a ganhar maior espaço. Os BRICS surge formalmente em 2006 em um contexto onde o projeto do “terceiro mundo” está dividido entre as nações que conseguiram deixar para trás o atraso econômico e social e os demais que se mantêm ainda presos no modelo primário exportador. Por outro lado, até o colapso da crise financeira do *subprime*, o projeto neoliberal permaneceu robusto nas economias centrais. A ideia de redução do Estado através de corte de impostos dá mais liberdade para a atuação das multinacionais e estimula novos investimentos via retenção de lucros. Porém, esta mesma onda liberal passa a sofrer questionamentos do seu receituário quando recomendado para as economias dos BRICS, como por exemplo a China, a qual surge com um modelo alternativo ao neoliberal. Os BRICS nascem como um grupo contra hegemônico, mas possui uma agenda de não confrontação, buscando apenas espaços de diálogo e trazendo de volta a ideia romantizada do “terceiro mundo”, com a concepção de que irá lutar por uma democratização da ordem mundial (GARCIA, 2017).

Segundo o professor britânico de relações internacionais Andrew Hurrell (2009), é importante estudar o avanço do grupo dos BRICS por quatro motivos principais. Em primeiro lugar, todos os cinco países possuem um poder militar, político e econômico razoável. Além disso, todos creem ter direito a maior poder dentro da governança internacional, seja participando de mais espaços multilaterais, seja tendo maior peso em decisões importantes do sistema internacional. Outrossim, os membros dos BRICS não possuem apenas interesse, mas também iniciativa em promover um aprofundamento nas relações de cooperação entre si; e,

por fim, há um processo de formalização do grupo em que o bloco está cada vez mais institucionalizado (apud FERNANDES; CARDOSO, 2017). Em relação ao processo de institucionalização, durante a reunião da cúpula em Fortaleza, no ano de 2014, foi anunciada a criação de um novo banco de desenvolvimento, de enorme significado e importância para o desenvolvimento estratégico da organização (ABDENUR; FOLLY, 2015).

Os países dos BRICS são, algumas vezes, tratados como parceiros que, apesar dos estímulos dados à cooperarem, possuem fortes divergências econômicas, culturais, políticas, geográficas e históricas, que tornam muito mais difícil uma relação de colaboração profunda entre os mesmos (ABDENUR; FOLLY, 2015). Além dessas divergências, as bases produtivas e as estratégias dos cinco Estados, principalmente no que tange o comércio internacional, são bastante diferentes (MARCONI, 2014). Os BRICS são observados com muito ceticismo pela comunidade internacional, pois acaba agrupando países em níveis e momentos de desenvolvimento diferentes e com objetivos distantes dependendo do âmbito analisado (PENNAFORTE, 2017). Entretanto, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul possuem também visões e interesses convergentes, como por exemplo a concepção de que é necessário reformar a atual estrutura da governança global (ABDENUR; FOLLY, 2015). A busca por maior participação nas instituições do sistema internacional, dando ênfase à maior atuação dos países do sul, é a pauta unificadora da agenda dos países dos BRICS, sendo que o principal estímulo para a articulação dos BRICS é a criação de poder para barganhar com os países desenvolvidos - antigas potências europeias, Estados Unidos e Japão (FERNANDES; CARDOSO, 2017).

Com esse intuito, antes de aprofundar sobre os BRICS como organização de interesses próprios e tratar dos avanços e das estratégias em conjunto de desenvolvimento do grupo, o presente trabalho pretende analisar os cinco países de forma individual, justamente com a finalidade de expor de forma mais detalhada as convergências e divergências tratadas de forma superficial até aqui. Assim, será feita uma avaliação do recente desenvolvimento dos membros dos BRICS, dando ênfase aos temas apresentados no primeiro capítulo do trabalho, como o modo que cada país estabelece as estratégias de comércio internacional, como está desenvolvido o setor industrial dos membros e qual o papel do Estado na economia, avaliando os principais resultados na evolução das políticas desses campos.

3.1 BRASIL

Desde 1950, o curso da industrialização brasileira respondeu à disponibilidade ou escassez de recursos externos. O financiamento de recursos vindos do exterior sempre serviu

de restrição para o desenvolvimento do processo de industrialização (LAMONICA; FEIJÓ, 2007). Após o ano de 1967, mesmo ainda com políticas características do processo de substituição de importações, o qual teve origem ainda na primeira metade do século, foi finalmente dado mais atenção ao comércio internacional. Algumas medidas como a instauração de barreiras tarifárias e não tarifárias, políticas voltadas para a desvalorização do câmbio e também a criação de subsídios para a exportação demonstram o interesse do Brasil em expandir seus negócios no exterior e reformular o modo como o país se integrava à economia internacional (BERTOLA; HIGACHI; PORCILE, 2002).

Entretanto, mesmo com essas medidas, houve um aprofundamento do processo de substituição de importações em detrimento de uma integração fortalecida com as demais economias externas. Com isso, a falta de concorrência desestimulou a produção da indústria brasileira e, assim, o desenvolvimento de economias de escala no país, com menores custos e maior qualidade e, na década de 80, levou a uma crise de esgotamento do modelo, com uma forte estagnação industrial (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001). Também fruto da falta de concorrência e de uma não priorização por parte do governo, não foi estabelecido no país uma estratégia de ciência e tecnologia. Havia poucos núcleos de inovação na época no sistema produtivo brasileiro, os quais situavam-se em empresas estatais e não eram suficientes para promover a inovação no conjunto da indústria nacional (ALBUQUERQUE, 1995; DALHMAN e FRISCHTAK, 1993, apud DELGADO, 2015).

No fim da década de 1980, iniciou no Brasil um processo de eliminação de barreiras comerciais, diminuindo o controle do governo sobre as importações. A tarifa passou de 40% do ano de 1990, para atingir 13% cinco anos depois. Além disso, a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior extinguiu a maioria das barreiras não tarifárias que impactava os negócios internacionais no Brasil desde o processo de substituição de importações. Apesar de tais políticas trazerem alguns aspectos positivos para a economia brasileira, no primeiro momento, somando-se ao déficit na conta de serviços, houve um déficit também na balança comercial, evidenciando-se uma crescente vulnerabilidade externa do país (GENNARI, 2001). Ainda no início dos anos 90, o cenário internacional apresentou algumas oportunidades de uma inserção mais ativa do Brasil. O então presidente Fernando Collor tentou uma estratégia de alteração da imagem brasileira no exterior, com enfoque de apagar a ideia do Brasil ser um país de terceiro mundo. O então Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, deu protagonismo às relações com aqueles países que o Brasil teria mais interesses econômicos e, principalmente, apostou no alinhamento com os Estados Unidos para conquistar novos mercados (PRADO, 2007).

Portanto, nos anos 1990, inicia no Brasil uma nova fase de entrada de capitais, principalmente após o Plano Real (BERTOLA; HIGACHI; PORCILE, 2002). Ainda no governo Fernando Collor, tratou-se de implementar as diretrizes neoliberais⁹ do Consenso de Washington a partir da liberalização econômica e das privatizações no período (GENNARI, 2001). Com o aprofundamento da abertura, as indústrias brasileiras passaram a competir com produtos vindos de fora do país e isso gerou fortes efeitos nas empresas do âmbito privado, principalmente no modo como disputaram o mercado com concorrentes externos. Segundo Silva e Laplane (1994), entre as principais estratégias estavam: (a) a redefinição dos produtos; (b) a redução do controle de toda a cadeia de produção das mercadorias, desverticalização e terceirização de processos; (c) o desenvolvimento de novos métodos organizacionais; e (d) a criação de parcerias entre empresas nacionais e estrangeiras para atuar no próprio mercado brasileiro de forma a complementar atividades (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001).

No processo de privatizações, o Brasil foi destino de uma grande quantia de investimento direto estrangeiro (IDE), principalmente na compra de empresas do setor de serviços. Segundo Tavares (2000), a economia estava sendo desnacionalizada, o que intensificava a vulnerabilidade externa brasileira e impactava negativamente no balanço de pagamentos. Apesar disso, até o início do século XXI, a desregulamentação financeira e as privatizações foram importantes para estabilidade do sistema macroeconômico brasileiro, estabilizando os fluxos financeiros e mantendo a remuneração produtiva e especulativa do capital (GENNARI, 2001). Mesmo gerando problemas para o país, a abertura trouxe novos investimentos e, como foi apresentado, estimulou inovações no âmbito industrial (PRADO, 2007). Com isso, na década de 90 a produção industrial que havia estagnado na década anterior voltou a crescer e, juntamente, a produtividade na indústria. Pode-se concluir, portanto, que a abertura contribuiu de forma positiva para a indústria de transformação do Brasil, elevando a produtividade e impulsionando uma reestruturação produtiva por meio da absorção de diversos fatores que levaram à produção de mercadorias com preços menores e de maior qualidade (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2001).

Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e na primeira metade do governo Luiz Inácio Lula da Silva chegou-se ao auge o modelo neoliberal, o qual defendia a inserção do

⁹ Quando mencionadas, as medidas neoliberais utilizadas como referência na literatura, apesar de terem sido inauguradas por Augusto Pinochet no Chile (1974-1990), são as estabelecidas por Margareth Thatcher no Reino Unido (1979-1990). Segundo Anderson (1995), o governo de Thatcher tinha as seguinte medidas: (a) Emissão monetária contracionista; (b) elevação da taxa de juros; (c) diminuição dos impostos sobre rendimentos altos; (d) abolição dos contratos sobre fluxos financeiros; (e) criação massiva de empregos; (f) Abafamento de greves; (g) elaboração de uma legislação anti-social; (h) corte de gastos públicos e (i) execução de um grande programa de privatização (apud GENNARI, 2001).

país no sistema internacional a partir de uma vasta abertura financeira e comercial (VISENTINI, 2005). Com a chegada de Celso Amorim para a chancelaria brasileira, a busca pelo multilateralismo voltou a ter destaque, sendo minimizado o alinhamento direto com os Estados Unidos, pois havia sido dada mais importância para a expansão das relações diplomáticas (PRADO, 2007). Segundo Visentini (2005):

As linhas de ação prioritárias foram as seguintes: avançar no caminho da integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu status na organização (VISENTINI, 2005, p.2).

Com isso, a política exterior brasileira adotou um novo padrão que ficou conhecido como *autonomia pela integração*¹⁰, que tinha como objetivo inserir o país nesse sistema globalizado de forma autônoma, dando enfoque ao multilateralismo, criando relações diplomáticas com mais países e conquistando novos mercados para exportar produtos nacionais (PRADO, 2007). A partir dessa diversificação de parceiros externos, criou-se a possibilidade do desenvolvimento de parcerias estratégicas com outros países em desenvolvimento ainda no início do século XXI, como China, Índia e Rússia, com um escopo voltado principalmente para estruturar um sistema internacional de natureza multipolar (VISENTINI, 2005). Já no âmbito da OMC, com o encetamento da Rodada de Doha o país se aproximou de outros países em desenvolvimento, na maioria exportadores de produtos de menor valor agregado, na disputa pela abertura dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos (PRADO, 2007).

Mesmo com alguns resultados positivos apresentados, a abertura da economia brasileira durante a vigência do Consenso de Washington deixou um legado com importantes indicadores negativos, como um forte endividamento externo, altos índices de desemprego e uma posição muito baixa no índice de desenvolvimento humano (GENNARI, 2001). Todavia, entre 2003 e 2008, com o boom das commodities, o governo brasileiro conseguiu incorporar

¹⁰ O conceito surge em contraposição da *autonomia pela distância*, a qual diz respeito à estratégia brasileira vigente durante o período da Guerra Fria, mais reativa, com a tentativa de encaixar o Brasil em um lógica que chega dos países centrais. A *autonomia pela integração* é a busca do país por uma agenda internacional mais proativa e com maior controle sobre o destino do Estado, e que pretende resolver problemas internos a partir da maior participação do país em espaços multilaterais do sistema internacional (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003).

mais recursos e passou a tornar mais favorável as condições econômicas e, assim, os principais indicadores da economia (SICSÚ, 2013; AMORIM, 2010 apud PENNAFORTE, 2017).

Muito antes da criação da cúpula dos BRICS no ano de 2009, o programa de governo do Partido dos Trabalhadores criado para as eleições de 1994 defendia a ampliação das relações Sul-Sul principalmente com os países dos BRICS, já indicando como seria a política de inserção internacional dos seus governos que se estenderam de 2002 até o ano de 2016. Em seu programa, o PT destacava uma “inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática” (apud PRADO, 2007, p.61), assim como defenderia a cúpula dos BRICS anos depois.

O crescimento chinês e, assim, a sua forte demanda pelos produtos brasileiros também teve impacto na recuperação dos índices econômicos. As relações sino-brasileiras a partir do crescimento do gigante asiático se caracterizam por uma exportação brasileira de grãos e minérios, enquanto a China exportava para o Brasil produtos manufaturados. Como a demanda pelas commodities estava crescendo, assim como o preço desses produtos, o caráter de economia de exportação de produtos primários ganha um novo estímulo e são postergadas as políticas de incentivo que promoveriam uma mudança estrutural em busca de uma pauta exportadora com produtos de maior valor agregado (CARLEIAL, 2015). No entanto, a inserção brasileira no setor externo via exportação de commodities pode comprometer cada vez mais o futuro da indústria brasileira (ALVES, 2014).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ocorre um aumento significativo no total das exportações do Brasil a partir da década de 1990 e que ganhou mais intensidade a partir dos anos 2000. Entretanto, esse aumento teve como causa o crescimento das exportações das commodities primárias, enquanto os produtos manufaturados foram perdendo espaço nas trocas internacionais brasileiras (ALVES, 2014). Durante a primeira década do século XXI, os produtos primários intensivos em recursos naturais ganham espaço nas exportações brasileiras, passando de 47,2% no ano de 2000, para 68,7% em 2010 (FEISTEL; HIDALGO, 2011).

Para ilustrar esse contraste entre produtos manufaturados e primários, ao analisar-se apenas as duas principais categorias de produtos das exportações brasileiras, os Alimentos e Bebidas e os Minerais, vê-se que há um aumento em sua participação na pauta exportadora que passa de 37,5% em 1989 para 56,4% em 2010. Novamente segundo dados do IPEA, do curto período de 2005 a 2009, a participação brasileira no comércio internacional de

commodities passou de 3,77% para 4,66%, enquanto o mesmo índice voltado a mercadorias de média intensidade tecnológica caiu de 0,95% para 0,74% no mesmo espaço de tempo (ALVES, 2014).

Já a respeito das importações, houve um predomínio de produtos intensivos em capital durante o período de 1989 a 2010, resultado o qual, aliado à informação de que o fator capital é escasso no Brasil, parece ser compatível com a teoria das vantagens comparativas (FEISTEL; HIDALGO, 2011). Entre 2002 e 2013, a importação de bens de consumo duráveis cresceu 8,9 vezes, enquanto, como já apresentado, esse grupo de produtos nas exportações se reduziu no mesmo período (CANO, 2014, apud CARLEIAL, 2015).

Com o início do governo Dilma, as políticas voltadas às relações internacionais tiveram uma atualização em busca de uma inserção internacional com cada vez mais autonomia. Com alguns países latino-americanos e africanos houve um aprofundamento nos laços político-econômicos. Houve uma confirmação da tendência de afastamento dos Estados Unidos - reduzindo a dependência brasileira em relação a esse - e uma aproximação ainda maior com a China, que havia se tornado o principal parceiro econômico brasileiro. Todavia, a partir de 2011, o governo brasileiro passa a sofrer com as mudanças no sistema internacional, principalmente em relação à crise europeia, à modesta recuperação americana da crise de 2008 e à desaceleração das economias emergentes (CARLEIAL, 2015).

Desde os anos 1980 que o país iniciou um processo de desindustrialização, justificada, muitas vezes, pela entrada na fase de terceirização, a qual estavam a maioria dos países desenvolvidos, o que, por um lado, seria capaz de explicar a mão de obra deixando os setores industrial e agrícola e sendo absorvidos pelos serviços. Entretanto, a renda per capita brasileira era muito baixa quando houve essa alteração na economia brasileira de perda de valor agregado na indústria, servindo de argumentação contrária à entrada de uma fase de terceirização. O Brasil deve recuperar a indústria, colocando este como objetivo principal a ser alcançado (CARLEIAL, 2015).

Fato é que mesmo com níveis satisfatórios de crescimento das últimas décadas, estimulados pela demanda, o Brasil não foi capaz de criar um setor exportador de bens industrializados com um maior valor agregado. Para Kaldor, a economia brasileira necessitaria buscar a retomada do crescimento industrial com investimentos nos setores mais dinâmicos (LAMONICA; FEIJÓ, 2007). Percebe-se que o comércio internacional é um instrumento essencial para o Brasil recuperar seu crescimento econômico, pois, segundo Koshiyama (2008), existem evidências de que o crescimento brasileiro é liderado pelas exportações, sendo o setor externo o principal responsável pelo comportamento do PIB

brasileiro (apud ALVES, 2014). O desafio que fica para o comércio internacional do Brasil é de criação de uma política científica, tecnológica e comercial capaz de agregar maior valor à pauta exportadora do país (FEISTEL; HIDALGO, 2011).

3.2 RÚSSIA

Durante todo o período que abarcou a existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi o governo central o detentor do monopólio da formulação das políticas relacionadas ao comércio exterior. No decorrer desse período, a política comercial tinha como diretriz principal a busca da autossuficiência, tornando o processo de importação um instrumento apenas utilizado quando não havia a possibilidade de produzir tais produtos internamente (SALLY, 2007 apud THORSTENSEN et al., 2012). O colapso da União Soviética trouxe uma crise político - econômica que enfraqueceu muito a posição russa como articuladora de políticas internacionais e de provedora de cooperação (ABDENUR; FOLLY, 2015). Com a dissolução da URSS em dezembro de 1991, a economia russa entrou em uma fase bastante difícil, onde ainda se mantinham características utilizadas na URSS, mas agora com particularidades capitalistas. Ou seja, ao mesmo tempo em que se persistia um Estado forte organizador das atividades econômicas, o setor privado vivia um momento de expansão desordenada (SERRANO; MAZAT, 2016).

Tendo em vista no horizonte um período de abertura econômica, ainda em 1990 a URSS entrou na Rodada Uruguaí do GATT como Estado observador, status que se manteve mesmo com a queda da URSS. Entretanto, foi apenas em 2000, durante o primeiro governo de Vladimir Putin que a busca pela condição de país membro da instituição entrou para a pauta principal de política externa russa (SALLY, 2007 apud THORSTENSEN et al., 2012). No início da década de 90, iniciam as reformas econômicas que objetivavam converter o Estado russo em uma economia capitalista, a qual deveria ser fundamentada nos princípios do Consenso de Washington. Durante essa fase de transformação russa, a qual foi chamada pelos autores Numa Mazat e Franklin Serrano (2016) como “Tratamento de Choque”, houve uma instabilidade na economia e uma recessão que durou até o ano de 1998 (SERRANO; MAZAT, 2016).

A transição em direção de uma economia de mercado capitalista teve quatro eixos principais pelos quais as políticas foram formuladas e colocadas em execução. O primeiro diz respeito aos preços, que sofreram um processo de liberalização para que as forças de oferta e demanda atuassem sobre; Em segundo, as mudanças no setor externo, que consistiu na abertura comercial e na livre movimentação cambial, projetando o fim dos resquícios

protecionistas; Em terceiro, foi implementado um regime de austeridade com uma forte restrição orçamentária, cortando inúmeros gastos do governo que caracterizavam as políticas da URSS; Como um último eixo, buscou-se privatizar as empresas estatais com o propósito de elevar a competitividade dessas (SCHLEIFER; BOYCKO; VISHNY, 1995 apud SERRANO; MAZAT, 2016). A Rússia, em sua fase de transição, passou a diversificar seu comércio internacional, reduzindo a dependência de atividades relacionadas a produtos energéticos, principalmente o petróleo. Com a finalidade de tornar mais rápida essa transformação no setor externo que o governo russo teve interesse em entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de dinamizar a economia por meio do comércio internacional (THORSTENSEN et al., 2012).

O segundo eixo que guiou a transição russa no período, de liberalização do comércio exterior, significou uma forte redução das barreiras à importação, reduzindo a tarifa geral sobre as importações para 5%, entre outras medidas. Essas políticas contribuíram para a entrada e difusão de produtos do exterior, auxiliando na elevação da competitividade e no abastecimento interno de bens de consumo. As importações, devido a essa abertura comercial, cresceram em um nível muito acelerado, com um aumento de quase 43% entre os anos de 1994 e 1997, o que, aliado a um crescimento menor das exportações nominais (aumento de 28% no mesmo período), resultou em uma significativa contração do superávit da balança comercial (SERRANO; MAZAT, 2016).

Após terem sido realizadas as reformas macroeconômicas do governo russo dos anos 1990, a demanda efetiva caíra e não era mais excessiva em relação à oferta. A restrição ao crescimento, assim como definiu Kaldor (1966), era feita pela demanda, pois o investimento, o consumo e os gastos do governo haviam caído em termos reais durante tal período. Essa redução da demanda levou a uma diminuição do produto, recessão a qual, associada à intensificação da vulnerabilidade externa com raízes da URSS, agravou a forte instabilidade econômica no país e gerou uma crise na balança de pagamentos mesmo sendo a Rússia detentora de um histórico recente de superávits comerciais. Embora o PIB tenha sofrido uma queda de 50% durante a década de 90, a taxa real de desemprego não alcançou níveis relativos muito altos (auge de 13,3% em 1998), o que indica um declínio da produtividade do trabalho (SERRANO; MAZAT, 2016).

Em relação ao setor externo russo, no ano de 1995, as commodities constituíam cerca de 75% das exportações do país, sendo o petróleo e o gás os ativos mais importantes, representando 42,5% do total e os metais, 26,7%. Com isso, a Rússia estava muito dependente dos preços internacionais desses bens. Com o forte aumento dos preços

internacionais do petróleo, houve um incentivo para a produção desse produto e um recuo na parcela dos bens manufaturados, de maior valor agregado, nas exportações russas. Com a primarização da pauta exportadora, cada vez mais crescia a fragilidade externa russa e a dependência da variação dos preços, vulnerabilidades que irão ser confirmadas durante a crise de 1998. Assim como aconteceu no Brasil, o governo russo buscou na política de estabilização via âncora cambial a solução para o controle da inflação e das contas externas. A profunda recessão e a crise da balança de pagamentos de 1998 é parcialmente resolvida e inicia em 1999 o período de recuperação econômica marcada pela volta da atuação forte do governo sobre a economia, que avançou durante muitos anos, até a década atual do presente trabalho (SERRANO; MAZAT, 2016).

Mesmo a Rússia tendo demonstrado uma fragilidade externa em razão da concentração da sua pauta exportadora em produtos primários, a recuperação econômica no país foi atribuída ao aumento das exportações de petróleo e gás pós 1999 estimulado pela desvalorização cambial. A regeneração econômica foi rápida, levando a um aumento do PIB de 6,9% já em 1999. Com um regime de câmbio flutuante e com uma nova política de acumulação de reservas adotado pelo Banco Central da Rússia, o país seguiu de taxas de crescimento contínuas até a crise de 2008. Nesse período de fim da década de 1990 e início dos anos 2000, a receita do governo advindas de tributação passaram a ser muito dependentes das taxas vinculadas às exportações desses produtos primários, principalmente, como já esperado, do petróleo e do gás russo (BRACHO; LOPEZ, apud SERRANO; MAZAT, 2016). Assim como no Brasil, a Rússia possuía uma forte dependência da exportação de produtos com um nível muito baixo de valor agregado, com um grau inferior de processamento (MARCONI; MAGACHO; ROCHA, 2014).

Em 2010, as exportações russas chegaram a 400 bilhões de dólares, demonstrando um aumento de quase 300% em relação ao ano 2000. Por outro lado, as importações também cresceram, com um salto de 45 para 249 bilhões no mesmo período (THORSTENSEN et al., 2012). Conclui-se que o comércio internacional evoluiu nessa década com um aumento em termos de valores totais, aproximando o país comercialmente de outros mercados. Entretanto, ao analisarmos em termos de volume/quantidade, há um menor crescimento das exportações. No período de 2001 a 2008, enquanto o valor real das exportações subiu cerca de 7,4 ao ano, o volume das exportações cresceu apenas 4,7%. Permite-se concluir que os termos de troca melhoraram, pois com menor quantidade de produtos vendidos, houve um aumento do valor total da receita das exportações, sendo um reflexo do aumento dos preços das principais

commodities vendidas pela Rússia aos mercados externos (BANCO MUNDIAL, 2016, apud SERRANO; MAZAT, 2016).

Em relação à indústria russa, logo em 1999, no primeiro ano de recuperação da crise, houve um aumento de 8,9% na produção industrial. Todavia, entre os anos de 1999 e 2008, a fatia de valor da indústria referente ao PIB na Rússia caiu de 22% a 17,5%, alcançando apenas 15% em 2011. E ao analisar-se a pauta exportadora russa, como já avaliado, vê-se que as mercadorias de origem industrial não possuem também grande contribuição às exportações totais do país. Entretanto, não necessariamente significa que ocorre na Rússia um processo de desindustrialização (SERRANO; MAZAT, 2016). Mesmo havendo uma certa industrialização e um amplo processo de diversificação dentro do sistema econômico russo, a pauta exportadora continua concentrada em poucas commodities (ROSSTAT, 2015). A Rússia continua dependente das exportações de commodities e aumenta sua vulnerabilidade externa (BAUMANN, 2015). Embora a desvalorização cambial possa estimular o aumento das exportações de um país e elevar a proteção da indústria frente à concorrência externa, não é apenas essa medida capaz de trazer um efeito positivo para a composição da pauta exportadora, com um nível maior de processamento e valor agregado, pois a desvalorização não consegue alterar o fato do setor de energia ser mais rentável do que outros de manufaturas de maior tecnologia (SERRANO; MAZAT, 2016).

Após a crise de 2008, há uma nova recessão na economia russa, que, novamente, demonstra a vulnerabilidade externa do país. A abertura financeira e a dependência dos preços internacionais do petróleo e de outras matérias primas mostram outra vez que a estratégia de não diversificar a pauta exportadora possui muitos riscos, com impactos econômicos centrais na economia Rússia. Foi só com o aumento de 31,3% dos preços internacionais do petróleo de 2010 que o país iniciou sua nova recuperação. Entre 2010 e 2012, o PIB aumentou cerca de 4% ao ano, mas que não durou muito tempo, pois logo em 2013 já há uma queda no crescimento, culminando em 2015, novamente em recessão, causada também, além da enorme queda dos preços do petróleo, pelas decisões políticas de Putin de anexar a Crimeia e desafiar o ocidente, deliberação que resultou nas sanções com efeitos econômicos já mencionados (SERRANO; MAZAT, 2016). Essa vulnerabilidade externa que já caracteriza toda a evolução econômica dos últimos anos tem forte impacto nas receitas do Estado russo a cada crise e, com a última queda do preço do petróleo, é mais um estímulo para que surjam novas dúvidas sobre o país mudar sua estratégia ou não de comércio internacional.

3.3 ÍNDIA

A economia indiana, no ano de 2012, concluiu um período de 20 anos com altas taxas de crescimento econômico de forma contínua, com uma média de 6,8% de aumento do PIB (BANIK; PADOVANI, 2014). Já entre 2005 e 2009, nos cinco anos que antecederam a primeira cúpula dos BRICS, a taxa de crescimento atingiu os 8,1% (BAUMANN, 2015). Entretanto, assim como Brasil e Rússia, o país passou por muitas reformas e crises antes de atingir esses resultados.

Até 1947, ano de sua independência, as políticas de comércio internacional formuladas pelo governo indiano estavam estreitamente vinculadas ainda ao contexto do neo-imperialismo do fim do século XX. Como economia agrícola e colônia da Grã-Bretanha, as transações ocorriam majoritariamente entre a Índia e a sua metrópole e também com outros países da Commonwealth. A pauta exportadora era essencialmente de commodities agrícolas e minerais, enquanto os produtos de maior valor agregado como as manufaturas eram importados (THORSTENSEN et al., 2012). É apenas na década de 1980 que iniciam as pressões para reformas de abertura econômica, as quais eram demandadas por agências multilaterais, donos de empresas de artigos eletrônicos e de informática e de segmentos de burocracia do Estado, buscando principalmente maior flexibilidade das políticas voltadas ao comércio exterior (DELGADO, 2015).

Essas pressões continuaram até que na crise de balança de pagamentos dos anos 1990, associado ao forte endividamento público, fizeram com que o governo mudasse sua estratégia econômica (LIMA, 2008). A Índia manteve sua economia fechada por muito tempo e foi apenas com as reformas de 1990 que houve um esforço de abertura da economia, processo que deu ao comércio internacional mais visibilidade na pauta do governo (THORSTENSEN et al., 2012). No ano de 1991 foi lançado a Nova Política Industrial que continha diversos pontos para serem reformados na economia, mas que seguiam o objetivo de liberalizar a atividade econômica e inserir a Índia de uma nova forma no mercado internacional. Além da crise, a reforma liberalizante teve outras motivações, tais como a ascensão chinesa servindo como concorrente direto na região; a necessidade de maior integração do Estado indiano no sistema econômico internacional; E a pressão realizada por outros Estados e parceiros internacionais, entre eles, os Estados Unidos. A abertura econômica iniciou com uma redução das alíquotas médias de importação de 70,7% no ano de 1990 para 38,4% em 1992, até atingir 19,4% em 1997 (THORSTENSEN et al., 2012).

Como apresentado, na Rússia, houve uma tentativa de tirar o Estado do controle econômico e dar mais protagonismo ao âmbito privado na economia. Já na Índia, no que se refere à perda de influência do Estado, a reforma de liberalização e desregulamentação do início dos anos 1990 foi muito mais superficial. Por exemplo, foi buscado manter uma participação do Estado nas ações das empresas privatizadas, e também deixado empresas estatais nos setores julgados essenciais da economia (BARDHAN, 2004, apud BANIK; PADOVANI, 2014). As reformas, portanto, não alcançaram plenos níveis de liberalização e desregulamentação, visto que, além de não haver uma privatização total na atividade econômica, não há a plena liberalização dos fluxos de capital, nem mesmo a livre flutuação do câmbio (THORSTENSEN et al., 2012). Em vez disso, o Estado optou por características nacionalistas e de foco no bem-estar da população, priorizando a construção do modelo de “capitalismo de Estado” (BANIK; PADOVANI, 2014).

Esse nacionalismo impacta diretamente na formulação da política externa indiana. A busca pela autonomia de forma conservadora mostra a dura posição indiana em assuntos como armas nucleares e comércio internacional (NARLIKAR, 2009; PANAGARIYA, 2008; apud BANIK; PADOVANI, 2014). A tradição nacionalista do Estado indiano, além de estimular esse comportamento mais firme em negociações internacionais, também reflete na supremacia de políticas protecionistas em alternativa às de liberalização do comércio externo (BANIK; PADOVANI, 2014). Apesar da tarifa média de importação da Índia ter diminuído para 7,6% no ano de 2009 (THORSTENSEN et al., 2012), dos países que participam da cúpula dos BRICS, em termos da própria média tarifária, o Estado indiano é a economia mais fechada (BAUMANN, 2015).

Além desses desafios, outros assuntos também surgem como obstáculos no plano externo indiano, tais como a manutenção da oferta de capitais para investimento direto e financiamento da dívida soberana e a sustentação da demanda pelos produtos mais dinâmicos e importantes da pauta de exportação indiana: os serviços tecnológicos, visto que são os países mais afetados pela recessão internacional da época os maiores demandantes por esses serviços (BANIK; PADOVANI, 2014). A Índia, durante suas transformações econômicas de décadas passadas, deu protagonismo às exportações de serviços no seu comércio internacional (THORSTENSEN et al., 2012). É um novo modelo, pois há como polo dinâmico da economia o setor de tecnologia de informação (TI), o qual é financiado por investimento direto do exterior e possui um vínculo muito estreito com as cadeias produtivas globais, e, principalmente, por representar 25% do total de exportações do país (BANIK; PADOVANI, 2014). Cerca de 75% das receitas advindas desse setor de tecnologia são geradas exatamente

das exportações, mostrando o alto nível de internacionalização desse campo, que ainda foi capaz de gerar 2,5 milhões de empregos diretos e absorver 44% de todos investimentos externos diretos com destino na Índia (GOI, 2011; PANAGARYIA, 2008; apud BANIK; PADOVANI, 2014).

Sem ter passado por um ciclo propriamente industrial, seguindo de um modelo agrário exportador para um intensivo em serviço e tecnologia, o modelo indiano é único, não havendo outros na literatura do desenvolvimento (SINGH, 2003 apud BANIK; PADOVANI, 2014). Foi na década de 80 que teve início esse processo, período o qual empresas tecnologias de países desenvolvidos passaram a investir na Índia buscando sua qualificada mão de obra que, além de ser de menor custo - em torno de um décimo dos valores médios da Europa e Estados Unidos -, não tinha obstáculos de idioma (BANIK; PADOVANI, 2014). Com isso, ergueu-se um sistema nacional de ciência e tecnologia com priorização na pesquisa, inovação e no ensino superior, com foco em investimento em diversas atividades sofisticadas (DELGADO, 2015). Já no ano de 2014, pode-se dizer que todas multinacionais do setor de tecnologia possuem pelo menos uma de suas fases de produção no território indiano (BANIK; PADOVANI, 2014).

O setor de serviços, no final da década passada, alcançou o valor de 57% do produto interno indiano e mais de 50% das exportações do país, representando uma venda de 106 bilhões de dólares (GOI, 2011, apud BANIK; PADOVANI, 2014). A respeito do comércio internacional em sua totalidade, a Índia também demonstra um desenvolvimento substancial, pois de 2000 para 2010, houve um crescimento de 42 para 220 bilhões de dólares exportados em bens, enquanto a importação passou de 52 para 37 bilhões de dólares (THORSTENSEN et al., 2012). Como pode-se verificar, além das importações terem um valor inicial mais alto do que as exportações, o crescimento das primeiras também foi maior - multiplicou os valores por 6,2 e 5,2 respectivamente -, o que levou a um déficit na balança comercial. Para equilibrar as contas externas com os principais parceiros, a Índia acaba por exportar serviços, visto anteriormente a importância desse setor (BAUMANN, 2015).

Já no plano interno, são outros os desafios para o Estado indiano. Entre eles estão o déficit de infraestrutura e a forte burocracia, que eleva os custos e a instabilidade no âmbito econômico, e que também traz desconfiças para as atividades econômicas, principalmente em relação à alta da inflação, à sustentação do setor financeiro e ao endividamento do governo. Esse último ponto merece maior atenção, pois a solução buscada pelo setor público indiano para a sustentação de suas atividades foi a de obter empréstimos mediante emissão de títulos, levando ao número de 40% das despesas do Estado serem abatidas por esses

empréstimos e apenas 60% via tributação (BANIK; PADOVANI, 2014). A respeito da infraestrutura, o principal ponto a destacar é o que se refere ao setor de energia elétrica, que possui no país um custo muito elevado, sendo a sexta energia elétrica mais cara do mundo, o que leva a dados como o de 40% das multinacionais instaladas em território indiano possuírem um sistema produção de energia elétrica próprio (MOREIRA 2011, apud BANIK; PADOVANI, 2014).

Ainda sobre o plano interno, outros problemas, dessa vez de maior teor social, também são de extrema importância para resultados econômicos, como a divisão ainda muito endurecida do sistema de castas, populações fortemente afetadas pela extrema pobreza e as tensões políticas e religiosas. As transformações econômicas e os consequentes bons resultados nos últimos anos têm potencial de melhorar também qualitativamente o país, elevando o padrão de vida da sociedade e provocando mudanças no tecido social, como a modernização das instituições e a disseminação dos valores de mercado em meio à população, entretanto, são assuntos que não serão investigados no presente trabalho (BANIK; PADOVANI, 2014).

Tratando-se do setor industrial, observa-se um crescimento anual de 5% nos últimos anos, mantendo sua participação de $\frac{1}{4}$ no produto interno indiano, sem alterar sua importância para o país em termos de valor gerado. Nesse mesmo período, a agricultura perde espaço, passando de $\frac{1}{3}$ do PIB para 20%, enquanto que o setor de serviços, priorizado na atividade econômica, cresce, passando de 30% para 45% (BANIK; PADOVANI, 2014). Assim como ocorre na China, há uma tendência de queda do setor primário de produtos com menor valor agregado, sendo que, se for analisado um período mais extenso, vê-se que de 1980 para 2010, a parcela de produção agrícola na Índia cai de 45% para 30% nesse período (MARCONI; MAGACHO; ROCHA, 2014).

Entre as conquistas indianas, além do setor dinâmico de serviços, o qual parece indicar que irá permanecer sendo a principal responsável pelos estímulos de crescimento do produto interno indiano, há também uma melhora na produtividade per capita em 15% entre os anos de 1997 e 2007 (MOREIRA 2011, apud BANIK; PADOVANI, 2014). Outro resultado positivo é o da crescente classe média do país, estimada em 200 milhões de pessoas e que se eleva conforme o PIB, tornando-se um país de classe média com um grande mercado consumidor. Esse mercado interno será cada vez mais um importante fator de demanda para estimular a produção do setor manufatureiro, sendo esse mais voltado para o consumo doméstico, com orientação para a produção de bens duráveis, enquanto para o setor externo, é o dinâmico setor de serviços que protagoniza o desenvolvimento indiano, com boas

perspectivas de expansão, mas que também possui importância na economia interna da Índia (BANIK; PADOVANI, 2014).

3.4 ÁFRICA DO SUL

Durante o século XX, até a década de 1970, as diretrizes das políticas industriais e de comércio na África do Sul eram norteadas pelos princípios do processo de substituição de importações, tentando produzir internamente o que anteriormente era importado. Foi apenas com o fim da rodada do Uruguai no ano de 1994, e com a subsequente criação da Organização Mundial do Comércio, que o país alterou sua forma de inserção internacional. O Estado Sul Africano pautou essas reformas na liberalização comercial, diminuindo taxas à entrada de produtos estrangeiros e se esforçando a eliminar outras restrições (THORSTENSEN et al., 2012). No mesmo período do início da década de 1990, ocorre uma importante mudança no plano interno da África do sul: a queda do regime do Apartheid, que além dos avanços sociais que trouxe, representou também a normalização das relações entre o país e seus vizinhos africanos, principalmente com o sul do continente (RIZZI; SCHUTZ, 2014).

Na África do sul, esse desenvolvimento nas relações foi de grande relevância, visto que as trocas comerciais entre a África do Sul e os países Subsaarianos são centrais para o desenvolvimento do comércio internacional do Estado sul africano, sendo aqueles 20% do total das exportações do país. Mais ainda é a importância da África do Sul para aqueles países da região visto que, por exemplo, a fatia de importações de produtos da África do sul é de 50% no Zimbábue, 41% em Moçambique, e algo entre 20 ou 30% em países como Zâmbia, Malawi e República Democrática do Congo. Ou seja, o comércio regional é muito importante para a África do Sul. A complementaridade entre as exportações do país com as importações dos vizinhos é enorme, principalmente quando analisados os serviços, e que tem impacto também na exportação de manufaturas, pois depois de vender as mercadorias, as empresas sul africanas também realizam as operações de manutenção, reparação, instalação, entre outros, o que determina uma grande vantagem para as exportações do país na região. Os acordos regionais de comércio são essenciais para o país também pela razão dos países vizinhos importarem mercadorias que não são apenas commodities, criando uma demanda para estimular a produção e exportação de produtos manufaturados de maior valor agregado (EDWARDS; LAWRENCE, 2012).

Retomando o período de transição da economia sul africana da década de 1990, a política externa que passou a vigorar foi chamada de “Nova Diplomacia”, a qual objetivava

um ganho qualitativo de autonomia, pois buscava expandir a participação do país no Sistema Internacional mostrando a esse que a África do Sul não seria uma extensão da Europa, mas uma potência média com interesses próprios e com capacidade para alcançar objetivos próprios (RIZZI; SCHUTZ, 2014). Nessa alteração para um Estado com políticas liberais, foram revelados os seis pontos socioeconômicos onde as mudanças iriam ocorrer: (1) as políticas macroeconômicas; (2) o mercado de trabalho; (3) pobreza e desigualdade; (4) o setor social; (5) globalização e economia da África do Sul; e (6) descentralização fiscal (PILLAY, 2000).

No ano de 1996, além da nova constituição pós-Apartheid ser promulgada, também foi estabelecido um novo programa nomeado “Growth, Employment and Redistribution Strategy (GEAR)”, que tinha como finalidades principais a criação de empregos, o crescimento econômico e a estabilização da inflação (RIZZI; SCHUTZ, 2014; PILLAY, 2000). Esse programa estabelece como objetivo a geração de mais de 1,3 milhões de empregos nas cidades, o crescimento de 6% do produto interno ao ano e também a elevação em uma taxa de 11% das exportações de manufaturas do país (RIZZI; SCHUTZ, 2014). De 1994 para 2006, a tarifa média de importação cai de 21,6% para 8,5%, dados que mostram a intensidade das reformas liberais de comércio no país (THORSTENSEN et al., 2012). A partir dessa abertura comercial, em 2001, houve também uma maior preocupação em se relacionar com outros países do sul. De um lado, com o oeste, a África do Sul se aproximou bastante com a América Latina, principalmente com o Brasil, e, do outro lado, com o leste, conexões comerciais e políticas com países asiáticos também ganharam bastante importância, dando ênfase, por sua vez, à relação com o Estado chinês (RIZZI; SCHUTZ, 2014). O contato em termos econômicos entre a África e a Ásia demonstrou diversas complementaridades, o que refletiu no aumento das exportações da África para a Ásia em 20% ao ano entre 2000 e 2005 (EDWARDS; LAWRENCE, 2012).

Com a eleição de Jacob Zuma e o início de seu mandato em 2009, nasce o chamado “Plano Estratégico de Médio Prazo para guiar o Programa Governamental para o Mandato Eleitoral no período 2009-2014”. Nesse plano percebe-se as diretrizes básicas da política externa do governo, que tratam de uma busca pelo progresso via cooperação que possui alguns pontos: (a) determinar os interesses nacionais sul africanos, ligando a política interna à política voltada ao exterior; (b) focar na integração com os países da África Austral - região de enorme importação comercial para o país, como já demonstrado anteriormente -; (c) dar preferência às relações com outros africanos em detrimento principalmente dos países desenvolvidos; (d) reforçar as relações sul-sul e reformular as estratégias ao se relacionar com

o norte; (e) fortalecer relações político-econômicas; e, por fim, (f) ter maior participação na governança do sistema internacional (LANDSBERG, 2012, apud RIZZI; SCHUTZ, 2014). O papel de representante do continente africano, foi sem dúvidas, fortalecido de 2009 para os dias de hoje, principalmente nos mais diversos espaços multilaterais do sistema internacional. Essa liderança é admitida e respeitada pelos outros Estados do continente africano e por outras nações parceiras de outros continentes. Essa política externa de inserção mais ativa no sistema internacional vem sendo consolidada a partir dos governos de Mandela, Mbeki e Zuma, os quais colocam no centro o fortalecimento das cooperações já existentes e a busca por novos aliados para seu progresso, trazendo uma melhora qualitativa na re-inserção internacional do país desde o período pós guerra fria (RIZZI; SCHUTZ, 2014).

Em termos de inserção comercial, a África do sul exportava em 2000 apenas 30 bilhões e passou para 82 bilhões no fim da mesma década, em 2010. E quanto às importações, teve um aumento de 30 para 94 bilhões no mesmo período. Ou seja, em 10 anos, as exportações cresceram em 2,7 vezes, enquanto as importações, 3,1 vezes em termos nominais (THORSTENSEN et al., 2012). Nessa década, pode-se dizer que não houve um preenchimento satisfatório do potencial sul africano de exportações, pois houve uma estagnação das exportações em termos reais e as empresas exportadoras sul africanas foram muito limitadas na busca por mercados internacionais. Tanto em produtos primários, manufaturados ou serviços, é considerado que a África do Sul ficou muito abaixo de seu potencial. Entretanto, o Plano Nacional de Desenvolvimento busca um aumento de 6% no volume de exportações do país, resultando também na elevação do PIB e na geração de 11 milhões de empregos até 2030. Há uma relação positiva na economia sul africana entre taxa de inflação, exportações e taxa de câmbio com o produto interno do país, enquanto que as importações possui uma relação negativa. É por isso que o governo busca, por meio do aumento no valor e volume de exportações, uma elevação no PIB, com aumento na infraestrutura do país e impacto na criação de novos empregos e melhora do padrão de vida. Por isso, o país deve formular políticas que mantenham o equilíbrio da balança comercial e que busquem aumentar a competitividade das exportações, a fim de garantir a entrada dos produtos sul africanos em mais mercados (MOGOE, 2014).

A África do Sul vive também, como outros Estados emergentes, inúmeros problemas sociais, com um número muito elevado de protestos, sendo a classe trabalhadora, considerada pelo Fórum Econômico Mundial, a mais militante do mundo. Uma das justificativas desses problemas vem do que ficou conhecido como “maldição de recursos”, sendo a estrutura de trabalho da África do Sul, de exploração de minérios e petróleo, capaz de impactar

profundamente no âmbito social e ambiental (BOND; GARCIA, 2014). Diversificar a pauta produtiva e de exportação é também reformular essa estrutura de exploração do país. Atualmente, a estratégia de comércio do país não consegue identificar a melhor posição para a África do Sul se posicionar em um futuro próximo das trocas comerciais globais, sendo a preocupação doméstica ainda predominante no momento de formulação das políticas do governo. A África do Sul, segundo os autores Edwards e Lawrence (2012), deve buscar se inserir nas cadeias globais de valor, buscando complementaridades com vizinhos e parceiros e fornecendo produtos de maior valor agregado. Para isso, seria bastante conveniente a criação de zonas de exportação onde as empresas poderiam competir com outras indústrias com custos muito menores. Além disso, em alguns casos a política comercial deve estar subordinada à política industrial, pois, quando há uma baixa no ciclo das commodities onde o petróleo e minerais percam espaço na pauta exportadora, o Estado sul africano deve estar com uma indústria competitiva capaz de aumentar a parcela de produtos manufaturados nas exportações e não deixar desequilibrar as contas externas (EDWARDS; LAWRENCE, 2012).

3.5 CHINA

Ao longo da história, muitos Estados buscaram processos acelerados de desenvolvimento, com o objetivo de ter maior influência no sistema político e econômico internacional, entretanto, é uma árdua tarefa que poucos conseguiram. A fim de ter sucesso nesse propósito, o Estado deve ter soberania de seu território, tentar ao máximo não participar de conflitos com outros países, assegurar uma infraestrutura econômica e logística e, de enorme importância, ter estabilidade política, garantindo uma governabilidade na formulação de políticas dentro das instituições do Estado. Todos os requisitos foram alcançados pelo Estado chinês ao longo do século XX e início do XXI, o que resultou em maior independência nacional e autonomia (VISENTINI, 2016).

A partir das reformas de âmbito econômico implementadas pelo então líder chinês Deng Xiaoping no fim da década de 1970, a China passou a ter um salto no crescimento do seu produto interno, o que também refletiu na melhora de outros indicadores, como se verá a seguir. A economia chinesa progrediu em uma taxa média de 9,5% ao ano entre os anos de 1978 e 2008, algo em torno de três vezes do crescimento econômico dos Estados Unidos (LYRIO, 2010). Essas reformas, apesar de contribuírem para o desenvolvimento de um Estado que se diz ter passado por uma revolução “socialista”, são medidas que estão muito longe de aproximar a China de um desenvolvimento necessário de estruturação do socialismo.

As reformas modernizadoras iniciadas em 1979 possuem como características uma controlada abertura externa e a construção de um modelo de Economia Socialista de Mercado (VISENTINI, 2016).

A primeira etapa realizada para a execução dessas reformas foi a abertura dos canais de comércio das províncias de Guangdong e Fujian, ainda no fim da década de 1970, processo que levou à criação de quatro zonas especiais de comércio - SEZ, na sigla em inglês, a qual corresponde a *Special Economic Zone*. Nessas zonas não havia tarifa de importação, o que levou às empresas a comprarem produtos no exterior com muita facilidade e conseguir vender essas mercadorias a outros mercados, desenvolvendo também o setor de exportação do país. A fim de estimular ainda mais as exportações, houve também uma reforma cambial, em que a paridade yuan-dólar passou de 1,5 do ano de 1980 para 3,5 em 1986, desvalorização essa que garantiu maior rentabilidade aos exportadores chineses¹¹. Além disso, para aproximar o mercado interno do internacional, o governo central chinês estabeleceu um sistema que demandava que as províncias pagassem anualmente um valor em reservas de dólar. Dessa forma, o número de empresas chinesas que tinham contato com o comércio exterior cresceu significativamente, levando a um aumento do total das exportações, passo importante para o país atingir seus objetivos nacionais. Foi na década de 1990 que o Estado chinês garantiu sua abertura decisiva, pois houve uma forte liberalização comercial e de investimento no país, que diminuiu tarifas e eliminou barreiras para a entrada do capital externo, decisão do governo que também facilitou a entrada do país à Organização Nacional do Comércio¹² (NETO, 2012).

Antes da China se tornar membro da OMC, houve um processo de ajuste da economia chinesa, o qual significou uma vontade do governo de dar um novo passo no processo de inserção internacional do Estado chinês via comércio, transformando este no motor principal do desenvolvimento do país. Houve, então, um processo de adaptar o modelo de princípios socialistas de uma economia fortemente planejada para um modelo onde daria mais espaço para o mercado, a fim de cumprir com os requisitos para a entrada dentro da organização, o que deveria estabilizar as relações comerciais entre a China e seus parceiros. Junto a isso, havia também uma vontade direta dos países membros da OMC que almejavam colocar o

¹¹ O baixo valor do yuan estabelecido pelas reformas de 1986 foi mantido até aproximadamente 2005, quando movimentos de valorização começaram a ocorrer (NETO, 2012).

¹² A entrada da China na OMC em dezembro de 2001 impulsionou de vez a economia chinesa no comércio internacional. As tarifas médias de importação caíram de 41% em 1992, para 6% após a entrada nove anos depois (LYRIO, 2010).

Estado chinês dentro da organização, a fim de liberalizar seus termos de comércio e investimento e poder usufruir também das vantagens de seu mercado (THORSTENSEN et al., 2012). Entre os anos 1993 e 1998, durante a gestão de Li Peng e Jian Zemin, essa busca pelo desenvolvimento das relações de mercado na China foi muito forte, processo que representava para o governo um novo passo para o desenvolvimento da China (DELGADO, 2015).

Pode-se dizer que as reformas do Estado chinês tiveram uma natureza de três eixos. O primeiro, como já estabelecido, trata da transição de uma economia planificada para uma economia de elementos de mercado, mas realizada de forma gradual, ainda com um forte acompanhamento do Estado, com a incorporação progressiva desses elementos. O segundo eixo, foi a diminuição do protagonismo do setor rural¹³, com uma alta produção de mercadorias primárias, e o aumento da importância de setores urbanos, pois o país vivia um processo de industrialização que nascera após a revolução de 1949. E, por fim, o eixo que diz respeito à renúncia do modelo de autarquia, que defendia a autonomia completa chinesa, e a busca de uma aproximação do mercado chinês dos outros mercados internacionais, sendo a abertura econômica um exemplo das políticas adotadas com esse objetivo. Ao aprofundar-se acerca do segundo eixo das transformações, vê-se que crescimento econômico da China era baseado principalmente na utilização extensiva de fatores econômicos que não eram totalmente utilizados. Exemplo disso é o processo de migração da mão de obra chinesa do campo para os locais urbanos, que desistiram das atividades de agricultura e subsistência para procurarem empregos nos setores da indústria e dos serviços nos principais centros do país (LYRIO, 2010).

Com isso, era dado início da transformação da China no que foi chamado de “fábrica do mundo”. Ao unir as políticas de incentivo às exportações com as de estímulo da produção industrial, o governo conseguiu fazer com que esses produtos chineses, em maior parte bens de consumo leves, fabricados tanto em pequenas empresas aldeãs quanto em grandes multinacionais das zonas econômicas especiais, fossem inseridos nos mais variados mercados internacionais. Com um custo muito baixo da mão de obra chinesa e uma fonte enorme de trabalhadores vindos do campo, associado a uma moeda desvalorizada, a China passa a ser muito beneficiada no comércio internacional, o qual representava uma enorme demanda para

¹³ Importante ressaltar que, ainda em 2018, grande parte da população chinesa ainda vive no campo, o que representa ainda mais mão de obra disponível para a expansão do setor industrial chinês (LYRIO, 2010).

os produtos industriais do país (DELGADO, 2015). O país foi gradualmente construindo uma base industrial e de infraestrutura muito importantes para sustentar os avanços de crescimento econômico que ocorrem depois (VISENTINI, 2016).

Mesmo com a aceleração do crescimento econômico e com um investimento de média anual de 31,70% ainda durante a década de 1990, os ganhos sociais ainda eram controversos, pois ocorrera nesse período um aumento da desigualdade, sem falar dos problemas ambientais que estavam cada vez mais em pauta no governo. Além disso, o assunto inovação no país trazia preocupações, pois os indicadores chineses de inovações não se elevavam. Com a gestão de Wen Jiabao e Hu Jintao, de 2003 a 2013, há uma forte inflexão na trajetória do desenvolvimento chinês, com a melhora do país em indicadores importantes. No XI Plano Quinquenal, que diz respeito ao planejamento para os anos de 2006 a 2011, todos esses temas passam a ser integrados, de forma a buscar maior desenvolvimento científico e uma sociedade com uma real melhora nos padrões de vida (CHINA, 2006; FAN, 2006; BANCO MUNDIAL, 2013; apud DELGADO, 2015). Logo após, mas ainda na gestão de Wen Jiabao e Hu Jintao, o XII Plano Quinquenal que diz respeito aos anos de 2011 a 2015 dá ainda maior ênfase ao desenvolvimento científico e afirma diretamente que o principal objetivo do plano chinês é a melhora da vida do povo chinês, consolidando o poder público como provedor dos serviços fundamentais e, além disso, fala também de forma direta na questão da distribuição de renda (DELGADO, 2015). Sobre o desenvolvimento científico, há uma busca da China em uma melhora em sua posição nas cadeias de valor internacionais com uma tentativa de internalização de etapas de produção de produtos de maior valor agregado, o que resulta na elevação da capacidade de inovação do país, aproximando a indústria chinesa das tecnologias de ponta dos países desenvolvidos com o objetivo de ocupar a posição de provedor de tecnologia e inovação em um futuro próximo (MCGREGOR, 2010; LIU e CHENG, 2011; apud DELGADO, 2015).

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2007, o valor total do produto interno chinês por paridade poder de compra é maior que os PIBs de Brasil, Índia e Rússia somados. E se analisados os dados econômicos de 2000 até o fim da primeira década do século XXI, vê-se que a contribuição chinesa para o crescimento da economia do mundo foi maior que o dobro das dos três outros países emergentes, o que demonstra de maneira muito prática o peso do crescimento chinês (LYRIO, 2010). Entre os anos de 2005 e 2009, sobe para 11,4% ao ano a taxa média de crescimento da economia chinesa (BAUMANN, 2015). Como visto, a demanda crescente de outros mercados tem um impacto central na aceleração desse crescimento. O comércio internacional tornou-se o elemento principal nessa

política econômica com base em um Estado forte controlando o capitalismo em desenvolvimento no país. Há uma priorização nas exportações do país via multinacionais estrangeiras e empresas estatais (THORSTENSEN et al., 2012). Em 2007, a China ultrapassa os Estados Unidos em termos de valor das exportações e, segundo a OMC, em 2009 o Estado chinês passa a ser o líder mundial de exportações deixando para trás a Alemanha, com uma comparação de 1,2 trilhão e 1,1 trilhão de dólares exportados, respectivamente (LYRIO, 2010; THORSTENSEN et al., 2012).

A China pode ser considerada um país anômalo em termos de comércio exterior, pois demonstra resultados impressionantes quanto ao peso desse comércio para a evolução do produto interno. Enquanto países como Brasil, Índia e Estados Unidos possuíam um comércio internacional com uma parcela em torno de 30% do total de suas economias pouco antes da crise de 2008, a China alcançou a marca de 70% no mesmo período (LYRIO, 2010). Outro ponto que merece destaque é quanto ao peso das relações comerciais com Estados vizinhos, que possuem influência significativa na elevação daquele dado. Em 2010, enquanto o Brasil tinha 19% de suas exportações voltadas a países vizinhos e 14% das importações, a China, no mesmo ano, tinha em torno de 34% e 35% respectivamente para os mesmos indicadores (BAUMANN, 2015). E, por fim, quanto à pauta exportadora chinesa, de 2001 para 2007, a porcentagem das exportações de produtos de alta tecnologia sobre de 17,5% para 28,6%, sendo que 90% do total das exportações dessas mercadorias são de responsabilidade das multinacionais estrangeiras (LYRIO, 2010). Assim, pode-se afirmar que a China foi o único membro dos BRICS que teve sucesso em uma estratégia de desenvolvimento econômico direcionada ao setor externo, com ênfase nas exportações de produtos manufaturados (NETO, 2012). É esse poderio chinês das exportações, que ainda demonstra uma enorme capacidade atualmente, que torna a China grande defensora do mercado aberto e da globalização em contraste com as recentes medidas protecionistas norte-americanas do governo de Donald Trump (GARCIA, 2017).

Entre as principais fragilidades chinesas, pode-se citar a carência nos campos de ciência e tecnologia; a insuficiência interna de recursos energéticos e danificação ambiental causada pela indústria chinesa¹⁴. Todavia, o maior desafio para a China continua a se relacionar com a sua própria gestão econômica. A maior preocupação para a continuidade do

¹⁴ Ativistas chineses têm aumentado os protestos em razão da poluição, como por exemplo, em 2014, em Guandong, que teve como alvo uma fábrica de paraxileno, assim como grandes greves de trabalhadores contra a Nike e Adidas (BOND e GARCIA, 2014).

modelo de crescimento chinês é a não desenvolvimento do consumo interno do país e na permanência do predomínio de investimentos e de comércio exterior na alta dos principais índices econômicos, o que pode causar uma forte desaceleração no aumento do produto interno chinês caso haja uma nova crise internacional capaz de reduzir o consumo dos países desenvolvidos importadores de produtos chineses (LYRIO, 2010). É apenas no início de 2011 que o governo da China passa a dar maior estímulo para o crescimento do consumo interno e para a criação de uma classe média forte (THORSTENSEN et al., 2012). Projeta-se que a nova etapa de desenvolvimento deve estar mais pautada na criação de um mercado interno forte e menos no investimento e nas exportações, o que poderia garantir também maior renda e mais ganhos sociais para o povo chinês (DELGADO, 2015).

Conclui-se, portanto, que a China, diferente dos outros quatro países que constituem o grupo dos BRICS, decidiu não se limitar a aproveitar as vantagens comparativas em setores primários - ou em serviços, como é o caso indiano - (PRATES, 2006; ROCHA, 2011; apud MARCONI, 2014). Em vez disso, a china adotou um desenvolvimento industrial muito eficaz que obedeceu a um etapismo guiado de perto pelo Estado chinês e que trouxe grandes resultados para o país (LYRIO, 2010), principalmente quanto à sua inserção internacional. Por fim, enquanto Brasil, Índia e Rússia possuem uma forte dependência da exportação de mercadorias primárias com um nível muito baixo de processamento, a China demonstra uma estrutura produtiva com elevados multiplicadores de renda (MARCONI, 2014).

4 O PAPEL DOS BRICS E OS LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO COMERCIAL DO GRUPO

Após expostas as principais perspectivas teóricas para a abordagem do trabalho e, em seguida, sendo apresentados os BRICS e as diferentes realidades dos membros do grupo, é possível introduzir o ponto central da análise. Apesar de os BRICS evoluírem no sentido de maiores níveis de institucionalização e de cooperação, também é possível verificar uma dinâmica de competição envolvendo os cinco países ao analisar a relação destes a partir das ideias de Kaldor e Thirlwall anunciadas no primeiro capítulo acerca do comércio internacional e suas implicações na economia interna.

4.1 OS BRICS COMO INSTITUIÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS

O surgimento dos BRICS como grupo que une Brasil, Rússia, Índia e China, ainda no início do século XXI, teve como finalidade diferenciar essas economias dos demais países emergentes, justamente pela tentativa de prever que seus membros seriam importantes para o aumento do produto mundial, elevando também a credibilidade de se investir em seus territórios (PAULA; MIRANDA, 2017). Fenômeno este justificado também pelo fato dos BRICS, no ano de 2000, serem responsáveis por 19% do PIB mundial e o G7 por cerca de quase metade do produto mundial, mas, em 2011, os BRICS já alcançam a marca de 28% e o G7, 38%, reduzindo a diferença de 30 para 10 pontos percentuais (FERNANDES; CARDOSO, 2017). Entretanto, a permanência do grupo deveu-se não às instituições econômicas dos governos de países desenvolvidos ou bancos de investimento, mas pela construção de uma agenda diplomática de iniciativa política dos próprios países que compuseram o grupo dos BRICS. Essa agenda de cooperação teve, inicialmente, resultados importantes e, desde 2009, os Chefes de Estado e de Governo organizam cúpulas para encontros de colaboração, os quais também aumentam a cada ano o escopo de atuação do bloco, multiplicando as instâncias de diálogo em diversos graus de representação (DAMICO, 2015).

Argumentações mais ousadas elevam o grupo dos BRICS ao status de um novo modelo de coalizão em pentarquia, como foi o concerto europeu decorrente do Congresso de Viena no século XIX e, logo após, no século XXI, o Conselho de Segurança da ONU (FERNANDES; CARDOSO, 2017). Todavia, mesmo que os cinco países em

desenvolvimento que compõem o bloco identifiquem que o sistema internacional deva seguir sob as diretrizes de uma ordem multipolar, equitativa e democrática, a finalidade daqueles é de aumentar sua margem de manobra, elevando sua influência nas instituições de governança internacional, e não de sobrepor essas instituições com um novo regime imposto pelos BRICS (ABDENUR; FOLLY, 2015).

A primeira cúpula, realizada em Ecaterimburgo, no ano de 2009, resultou em uma declaração com 16 pontos, nos quais apenas 1 tratava do tema do comércio internacional. Os assuntos mais tratados foram o da crise internacional, a qual ocorrera um ano antes e que as decorrentes consequências ainda afetavam o sistema econômico em diversos continentes, e o da reforma das instituições financeiras internacionais, as quais deveriam, sob a perspectiva dos BRICS, dar mais espaço aos países em desenvolvimento (BRICS, 2009). Já na segunda cúpula, em Brasília em 2010, a declaração teve 33 parágrafos. Novamente o tema do papel dos países em desenvolvimento e da reforma da arquitetura financeira internacional foram os temas mais enfatizados, sobrando apenas um ponto a respeito do comércio internacional, o qual afirma:

Ressaltamos a importância do sistema de comércio multilateral, consubstanciado na Organização Mundial do Comércio, para proporcionar um diálogo aberto, estável, equitativo e não discriminatório para o ambiente do comércio internacional. Neste contexto, nós nos comprometemos a instar todos os Estados a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e a lutar contra restrições disfarçadas ao comércio. Concordamos na necessidade de uma solução global e equilibrada de negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, de forma a que se cumpra o seu mandato como rodada do desenvolvimento, com base nos progressos já realizados, inclusive no que diz respeito à questão das modalidades. Tomamos nota e apoiamos fortemente a candidatura de adesão da Rússia à OMC (BRICS, 2010, sem paginação).

Como se pode verificar, os BRICS tem uma posição bastante clara a respeito do comércio internacional, com um discurso de combate ao protecionismo e de apoio à OMC e suas regras de controle do comércio entre os mais diversos países. Postura essa que se repetiu nas seguintes cúpulas. Um ano depois, no terceiro encontro, dessa vez realizada na cidade de Sanya na China, dos 32 pontos debatidos, 2 foram reservados para o comércio internacional e, mais uma vez, os BRICS afirmou “Concordamos em continuar expandindo e aprofundando a cooperação, econômico-comercial e em investimentos entre nossos países. Encorajamos todos os países a se absterem de recorrer a medidas protecionistas”. Na quarta e quinta cúpula, o tema do sistema financeiro internacional e da busca dos BRICS de dar maior protagonismo aos países em desenvolvimento recebeu ainda mais destaque (BRICS, 2012; 2013).

Como se pode notar ao analisar as declarações do grupo ao longo do tempo, o número de temas tratados no âmbito dos BRICS cresce de forma gradual. O ponto inicial, que era de insatisfação da estrutura de governança global, foi perdendo o rumo e deixando de ser um interesse único, ganhando novas dimensões, o que levou ao risco de perda de foco da recente união dos cinco países (BAUMANN, 2015). Os países passaram a realizar nas cúpulas encontros de temas variados, como o de especialistas em agricultura, estatísticas dos principais indicadores dos cinco países, discussões sobre assinatura de protocolos de cooperação, colaboração entre os bancos centrais, protocolos de intenção das cortes supremas dos BRICS, reunião de ministros da saúde, pesquisas e publicações acadêmicas em conjunto, encontros de cidades irmãs, cooperação no campo da cultura, economia verde, inovação tecnológica, educação e ciência (THORSTENSEN et al., 2012).

No entanto, a pauta que acabou por unificar de vez a agenda dos BRICS é da busca por maior acesso por parte dos países em desenvolvimento nas decisões centrais das instituições que regem as diretrizes econômicas e financeiras internacionais (FERNANDES; CARDOSO, 2017). Além disso, as lideranças dos cinco países trabalharam para conseguir alcançar mais intersecções de objetivos a fim de unir os interesses dentro dos BRICS. Não apenas objetivos compartilhados, mas as complementaridades de suas economias e o modo como as metas seriam perseguidas, ou seja, o modo de atuação em conjunto (BAUMANN, 2010). Como é possível se verificar, até o presente momento, ainda não foi criada nenhuma alternativa ao modelo das principais instituições do sistema internacional, não sendo originada nenhuma nova ordem, pelo contrário: é apenas reproduzida a velha lógica de acumulação do capitalismo e as relações de poder que antes se percebia apenas nas interações norte-sul, agora também são observadas entre países do sul (GARCIA, 2017).

Apesar de não ter sido fundada uma nova ordem mais justa, equitativa, democrática e com foco no desenvolvimento sustentável, na sexta cúpula dos BRICS, ocorrida na cidade de Fortaleza, Brasil, em 2014, foram criadas as duas primeiras instituições do grupo: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reserva (CRA). Enquanto o CRA é um fundo com a finalidade de distribuir a liquidez entre os cinco países do grupo e que é administrado pelos Bancos Centrais de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o NBD é uma instituição de estrutura internacional não limitada apenas aos cinco países, mas com o objetivo de investir em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável de diferentes economias emergentes do planeta (FERNANDES; CARDOSO, 2017).

Foi apenas por conta das análises de viabilidade realizadas pelos encontros dos ministérios da fazenda dos países que foi identificada a necessidade de países em

desenvolvimento possuírem oferta permanente de financiamento, sendo precisa a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento para gerar o capital necessário para que esses países possam garantir suas obras de infraestrutura, de grande importância para o desenvolvimento. Havia um esgotamento de geração de créditos por parte das instituições mais antigas do sistema financeiro internacional, o que estava travando muitos dos projetos das nações em pleno crescimento, limitando o avanço dessas economias. Por isso, o NDB deve ser entendido como uma instituição de complementação às atividades já exercidas pelas outras instituições financeiras consolidadas, como o Fundo Monetário Internacional, pois não há uma competição de projetos, mas uma relação de atenção aos países em que as demandas de crédito não estavam sendo atendidas (DAMICO, 2015). Além de suprir a necessidade de investimento em industrialização e infraestrutura, o banco também faz parte de uma estratégia de expansão do poder dos BRICS no sistema internacional, caminho o qual parece sofrer uma menor resistência dos países desenvolvidos que regem o sistema, o que pode ser encarado como um passo inicial para uma institucionalização necessária do grupo (ABDENUR; FOLLY, 2015).

4.2 AS RELAÇÕES COMERCIAIS DE COOPERAÇÃO DENTRO DO BLOCO

As dimensões comerciais dos cinco países do grupo também garantiram maior representatividade. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul aumentaram suas exportações na primeira década do século XXI, expandindo sua importância no mercado de bens internacional. Os vastos mercados internos dos cinco países, além de possibilitar um aumento das exportações, também representam grandes mercados consumidores para as exportações dos parceiros comerciais. Cabe destacar, entretanto, que as pautas exportadoras dos países dos BRICS se diferem bastante, o que gera impacto na competitividade de cada uma das economias (PAULA; MIRANDA, 2017).

A lógica que prevalece no discurso de cooperação dos BRICS é a de ganho mútuo, os países, ao desenvolverem seus projetos de colaboração, também terão benefícios, pois as oportunidades de investimento, além de gerar mais capital para o Estado, também promoverão o crescimento dos parceiros, beneficiando também as trocas internacionais (ABDENUR; FOLLY, 2015). As estratégias dos BRICS como grupo voltadas para o comércio são centradas nos processos de promoção e facilitação das trocas internacionais entre os mesmos. As discussões mais técnicas a respeito de tributação, simplificação de documentos, novos procedimentos, regulações e padronização ficam a cargo de encontros técnicos de dentro dos

BRICS. Já a identificação de novos mercados e oportunidades para o comércio entre os países são feitas sob o Foro Empresarial do grupo, que, assim como a cúpula dos Chefes de Estado e Governo, também ocorre de forma anual. E, por fim, é o Conselho Empresarial o responsável pelos debates acerca de modos de facilitar o comércio entre os BRICS, possibilitando o uso de uma plataforma para a discussão de diferentes ideias sobre comércio onde os próprios donos das empresas dos cinco países possuem protagonismo nas decisões (DAMICO, 2015).

Sharma e Kallummal (2012) analisaram um cenário de criação de uma zona de livre comércio (FTA) para os países dos BRICS. A simulação de remoção das tarifas alfandegárias levou a um resultado positivo para as exportações e importações dos países que compõem os BRICS, mas, por outro lado, verificou-se sinais negativos para o comércio das economias de fora dos BRICS, que perderiam mercados parceiros importantes (DE CASTRO, 2013). Contudo, não há acordo comercial algum entre os países que compõem os BRICS. O comércio entre os cinco países prosperou em razão da complementaridade das pautas de exportação e importação das cinco economias, o que levou a um crescimento no total de comércio intra-BRICS de 1000% entre 2002 e 2013 (DAMICO, 2015). Resultado esse que ocorreu mesmo com algumas dificuldades enfrentadas no âmbito comercial. Segundo afirmação de 2006 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os obstáculos para o comércio entre países do sul eram em média três vezes maiores que os do norte, principalmente devido à distância, que elevariam os custos de entrega, e às altas tarifas de importação adotadas por países pobres e em desenvolvimento (PAULA; MIRANDA, 2017).

O comércio intra BRICS¹⁵ cresceu apenas 4% entre 2011, ano em que a África do Sul ingressou oficialmente ao grupo, e 2017, ano dos dados mais recentes. Esse reduzido aumento é reflexo da desaceleração das economias asiáticas e das recessões vividas nos últimos anos por Rússia, África do Sul e Brasil.

Enquanto que, para Brasil e Rússia as trocas comerciais dentro do bloco aumentaram proporcionalmente ao total de suas exportações, evoluindo de 21% para 26%, e de 8% para 11%, respectivamente, esse mesmo índice para Índia e África do Sul foram negativos. O comércio indiano voltado para os BRICS decresceu de 9% para 7%, e a queda da África do Sul foi um pouco mais sutil, passando de 16% para 15%. A China, por sua vez, manteve os

¹⁵ Os dados utilizados a partir desse ponto até o final do capítulo têm como fonte o ITC (*International Trade Centre*), o qual desenvolveu um instrumento de análise de comércio internacional denominado *Trademap* com o objetivo de providenciar, em forma de tabelas, gráficos e mapas, indicadores de desempenho das exportações e importações de mais de 220 países e 5300 produtos do sistema harmonizado internacional.

seus 7% no mesmo período. Ou seja, do total de 2,263 trilhões de dólares exportados pela economia chinesa, apenas 154 bilhões são provenientes de vendas para os países do bloco (ITC, 2018).

Pode-se concluir, por meio desses dados, que o Brasil é o país mais dependente do comércio com os países dos BRICS, pois mais de ¼ de todas suas exportações são para China, Índia, Rússia ou África do Sul. A China, maior economia do grupo, é também a maior parceira comercial de todos os outros países do bloco. No ano de 2017, 84,2% das exportações brasileiras para os BRICS, 94,8% das exportações russas, 57,8% das indianas e 63,8% das sul africanas tiveram a China como destino. Enquanto que a África do Sul, país com o menor produto interno, aparece também como a menor receptora de produtos exportados de dentro do bloco (ITC, 2018).

A relação bilateral entre os países difere muito em termos da pauta comercial. Revela-se uma grande complementaridade entre os países do grupo, sendo alguns, como apresentado anteriormente, ainda muito dependentes de commodities e outros produtos de menor valor agregado e outros com uma maior parcela das exportações com produtos manufaturados. Entre os dez produtos¹⁶ mais exportados do Brasil para a Rússia, têm-se apenas os tratores como produtos que não são classificados como commodities, pois entre esses estão carne suína, bovina e de aves, soja, açúcar, café e tabaco. Entre o Brasil e a Índia também se verifica tais características. Enquanto o Brasil exporta em sua maioria produtos primários, como petróleo bruto, ouro, açúcar e minérios de ferro e cobre, também exporta ligas de ferro, óleo de soja refinado e veículos aéreos. Para a China, o Brasil tem suas exportações muito concentradas em grãos de soja, petróleo em forma bruta e minérios de ferro. Cabe ressaltar que, enquanto os dez produtos mais exportados pelo Brasil para o mundo representam 48,8% em termos de valor para o país, os dez produtos mais exportados para a China somam cerca de 92% das exportações totais do Brasil à China, o que mostra tamanha concentração em poucas mercadorias. Já com a África do Sul, é a relação comercial com maior número de produtos manufaturados, sendo os principais veículos para transporte de mercadorias, tratores, peças de motores e acessórios de veículos, entretanto, como ocorre na relação com os outros países do bloco, também são vendidos produtos primários: zinco, ferro, açúcar e carne de aves (ITC, 2018).

¹⁶ Para a análise que segue, é utilizada como critério a análise dos produtos classificados pelos quatro primeiros números da NCM, convenção de categorização de mercadorias que tem como base o Sistema Harmonizado e que é utilizado por Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina desde 1995.

Pela perspectiva russa, os BRICS surge como um importante mercado para os principais produtos de sua pauta exportadora. Para o Brasil, apesar de ser exportados produtos primários, como o petróleo bruto, sal e adubos, também são exportados borrachas sintéticas, produtos laminados de ferro, aparelhos ópticos e preparações de petróleo com maior grau de processamento. Para a Índia, os principais produtos são combustíveis sólidos, petróleo bruto, diamantes, prata e adubos, com menor espaço para produtos de maior valor agregado, mas que são representados por reatores, aquecedores e petróleo não bruto. Já para a China, as exportações são muito mais concentradas em combustíveis, mas com uma parcela considerável para madeira, reatores, adubos e peixes. Por fim, para a África do Sul, ao contrário das exportações brasileiras para o país, a Rússia tem uma maior parcela de produtos de menor valor agregado com destino ao país africano, sendo os principais produtos madeira, trigo, coques e adubos (ITC, 2018).

A Índia, grande exportadora de serviços para os países dos BRICS, também possui uma pauta exportadora de bens com complementaridade aos demais Estados do bloco. A Índia, apesar de ter um grande déficit comercial com o Brasil, exporta produtos com maior valor agregado ao país, como fios de filamentos sintéticos, medicamentos, acessórios de veículos automóveis, agrotóxicos e motores de pistão. Com a Rússia, a economia indiana é grande provedora de chá, medicamentos, partes de veículos, café, crustáceos e produtos laminados de aço. Em relação à parcela do total de exportações com destino à China, a Índia é a que demonstra menor percentual: 57%. Entretanto, são aproximadamente 12,5 bilhões de dólares exportados, resultado da venda principalmente de cobre, minérios de ferro, petróleo refinado, fios de algodão, hidrocarbonetos cíclicos e granito. Já com a África do Sul, maior mercado indiano do continente africano, a Índia exporta petróleo refinado, automóveis, medicamentos, arroz e artigos de vestuário (ITC, 2018).

O maior mercado dos BRICS, a China, como já antecipado, também é a economia com os maiores valores de exportação, não apenas do bloco, mas do mundo. Além disso, o país asiático também apresenta a pauta exportadora com os produtos de maior valor agregado, com uma pauta exportadora muito parecida para os outros países do grupo. Com o Brasil, reproduz uma relação onde importa produtos primários e exporta produtos de maior nível tecnológico, como aparelhos telefônicos, instrumentos de óptica, artigos de couro, partes de veículos, monitores e projetores, circuitos eletrônicos e aquecedores. Com a Índia e a Rússia a pauta é muito parecida, com a liderança dos aparelhos telefônicos, seguido de peças de vestuário, máquinas de processamento de dados, partes de veículos e monitores. E com a África do Sul, a qual mantém um mesmo nível de importação da China constante nos últimos

anos, a pauta de importação do país africano segue o mesmo padrão que a das outras economias: aparelhos telefônicos, máquina de processamento de dados, artigos de vestuário e partes de veículos (ITC, 2018).

A África do Sul, última a entrar nos BRICS, ainda possui valores de comércio exterior menos significativos quando comparado aos outros países do bloco. Com relação ao Brasil, é grande exportadora de combustível sólido, agrotóxicos, produtos laminados de aço, alumínio, hidrocarbonetos e adubos. Já com a Rússia, há uma diferença na pauta, pois são produtos de menor valor agregado, como frutas, minérios de manganês, vinhos, minérios de cromo e doces. A relação comercial com a Índia se aproxima com a com o Brasil, pois são exportados combustíveis, minérios, pastas químicas de madeiras, motores de pistão e ferro ligas. A China, maior importador da África do Sul, possui uma pauta de importação do país africano baseada principalmente em minérios, como ferro, manganês e cromo, além de ligas de ferro, petróleo e lã (ITC, 2018).

Portanto, vê-se que, apesar de existir uma relação de complementaridade entre as economias do bloco dos BRICS, há uma supremacia chinesa em relação ao valor agregado da pauta exportadora. Há uma evidente preferência em investimentos em produtos primários pela maioria dos países dos BRICS e a China apresenta posição dominante no mercado de produtos industrializados, com um nível mais alto de diversificação de sua pauta de exportação, reproduzindo dentro do grupo as relações comerciais que caracterizam as interações entre norte e sul. Se por um lado o aumento da demanda por produtos alimentícios e minerais dentro da China e Índia beneficia o crescimento das exportações dos outros três parceiros do bloco, por outro lado essa relação tende a ser pouco estável se for considerado o longo prazo (BAUMANN, 2015).

4.3 AS DIFICULDADES NA COOPERAÇÃO E AS RELAÇÕES DE DISPUTA DOS BRICS POR MERCADOS INTERNACIONAIS

Apesar de buscarem trilhar o caminho do desenvolvimento via cooperação com as demais economias do grupo, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul enfrentam algumas dificuldades. A primeira delas é o dilema de como manter relações econômicas com os parceiros dos BRICS e, ao mesmo tempo, garantir suas relações e influência com parceiros vizinhos de seus próprios continentes (DE CASTRO, 2013). As trocas comerciais, principalmente se efetivados projetos de integração, impedem o avanço de relações comerciais mais próximas entre os cinco países do grupo. A importância desses vizinhos varia

de acordo com cada um. Em 2010, os países de grande proximidade do Brasil representavam 19% das exportações totais e 14% das importações. Já para a China esses valores são ainda mais elevados, sendo de 34% do total de exportações e 35% de importações. Já para os outros três países, os índices são muito mais baixos. A Índia tem em torno de 1,5% de suas exportações com destino aos vizinhos e apenas 0,2% das importações. A Rússia, 0,5% e 13%, respectivamente. E, por fim, A África do Sul 10% e 2%. Portanto, o Brasil e a China são as economias que dão maior importância para os mercados regionais (BAUMANN, 2015).

O segundo problema enfrentado é o das distorções do comércio internacional, que afetam as exportações dos BRICS. Essas distorções são realizadas tanto por países desenvolvidos como países em desenvolvimento e podem ter naturezas distintas. Existem vários exemplos, como políticas de subsídios do governo para exportadores, redução de tarifas para exportação, aumento nas tarifas de importação, entre outras formas de protecionismo e incentivos artificiais a exportações. Mesmo os países que compõem os BRICS afirmarem serem Estados que lutam contra o protecionismo e que julgam os países desenvolvidos por usarem de tais artifícios no comércio internacional, segundo Simon Evenett (2015), os próprios governos de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul também são responsáveis por executar essas ações de distorção do comércio internacional e, por isso, devem repensar a estratégia de comércio (EVENETT, 2015).

Em uma análise das estatísticas de comércio internacional da *Global Trade Alert report* de 2015 foi apresentado o número de vezes que os países dos BRICS foram afetados por tais distorções no comércio. De um total de 4563 decisões do governo que levaram a essas distorções, 2733 vezes essas decisões afetaram os países dos BRICS, ou seja, 60% do total. Desses, 2153 atingiram a China, o que justifica os países do grupo a lutarem contra medidas protecionistas no comércio internacional, afirmando em todas suas declarações que são contra tais medidas (EVENETT, 2015), como, por exemplo, na própria cúpula de 2018 realizada em Johannesburgo, onde afirmam:

Reafirmamos a centralidade do sistema de comércio multilateral, baseado em regras, transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo, tal como incorporado na Organização Mundial do Comércio (OMC), que promove um ambiente comercial previsível e a centralidade da OMC, e reconhece a importância da dimensão do desenvolvimento e realizará todos os esforços para reforçar o sistema comercial multilateral (BRICS, 2010, sem paginação).

Entretanto, como já antecipado, os próprios países dos BRICS são também realizadores desses atos que distorcem o comércio. Os países em desenvolvimento membros do G20 são responsáveis por mais da metade dos impactos negativos dessas distorções nos

interesses dos BRICS, e o mais importante: 32% das vezes que alguma distorção afeta os objetivos comerciais dos BRICS são causados por membros do próprio grupo (EVENETT, 2015).

A maneira como cada um dos BRICS realiza essas distorções nos interesses de parceiros difere de país para país. Uma das medidas mais utilizadas por países dos BRICS é o incentivo artificial das exportações por meio de subsídios de suas empresas para que tenham vantagens financeiras para disputar os mercados internacionais. O problema em usar desses incentivos é de intensificar a competição em diversos mercados às custas dos exportadores de outros países que não recebem incentivo algum. Ou seja, a estratégia dos BRICS parece incoerente, pois enquanto aumenta as importações e exportações entre as economias do grupo, acabam por ser responsáveis por quase $\frac{1}{3}$ das distorções que afetam negativamente os interesses comerciais dos mesmos (EVENETT, 2015).

Tendo em vista as afirmações complementares de Thirlwall (1979) e Kaldor (1966) acerca dos objetivos ideais do Estado em atrelar o desenvolvimento industrial às políticas de comércio exterior, será buscado analisar o aumento da demanda internacional de produtos industrializados dos cinco países membros do grupo. Nesta seção, será trabalhada, então, de forma mais aprofundada, como ocorre a disputa dos países dos BRICS por esses mercados de produtos de maior valor agregado. Para isso, serão elencados os principais produtos manufaturados da pauta exportadora de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e, assim, e para os mercados que estão sendo destinados esses produtos e como se dá a competição entre os próprios países que formam os BRICS. Pela perspectiva Keynesiana, a qual Kaldor tira as bases de sua teoria, uma diminuição da demanda agregada por um produto desestimula o investimento para a produção de tal mercadoria, e, ao relacionar com o presente trabalho, vê-se que a disputa por mercados internacionais entre dois ou mais países representa a fragmentação dessa demanda. Todos os valores, assim como na seção que trata da cooperação entre os países do bloco, são contabilizados em dólares.

Em primeiro lugar, analisou-se os mercados de exportação dos seguintes produtos brasileiros: (1) corindo artificial, (2) veículos automóveis para transporte de mercadorias, (3) aparelhos mecânicos para projetar, dispersar ou pulverizar líquidos ou pós, (4) veículos aéreos, (5) turborreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás, (6) produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado e (7) automóveis de passageiros.

Acerca dos principais destinos dos automóveis brasileiros para passageiros, apesar do Brasil dominar seu grande mercado, a Argentina, com uma venda de 4,8 bilhões de dólares no ano de 2017, a China ganhou espaço, pois mais do que dobrou sua venda deste tipo de

veículos de 2014 para 2017, passando de 20 milhões a 83 milhões de dólares. A Índia não fica muito atrás, com o seu valor de exportação do mesmo produto passando de 3 milhões para 46 milhões de dólares para o mesmo destino. Competição ainda maior é do mercado mexicano, em que o Brasil alcançou o valor de 466 milhões de dólares em venda de veículos para passageiros em 2017, mesmo ano em que a China vendeu 459 milhões e a Índia, 1,59 bilhão. Já no Chile, país que, se analisado apenas a proximidade geográfica, deveria ser um mercado com predominância de produtos brasileiros, a China exportou em 2017 o valor de 349 milhões de dólares em veículos para passageiros, o Brasil 266 milhões e a Índia subiu no último ano 30% em suas vendas alcançando a marca de 237 milhões vendidos. Ou seja, mesmo em mercados no continente americano, a Índia e a China expandem suas exportações do produto em questão dividindo a demanda brasileira no mercado, a qual poderia levar a maiores taxas de investimento em sua economia interna (ITC, 2018).

Ao se tratar dos mercados brasileiros de veículos aéreos, vê-se que os principais competidores com o Brasil são países desenvolvidos, como França, Alemanha e Canadá. Já de turborreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás há uma disputa muito grande por espaço no mercado dos Estados Unidos, o qual é dominado pela China, mas que Índia, Brasil e Rússia também competem. O mesmo acontece em Singapura e na Irlanda, mas sem a presença russa. Outra disputa comercial para se dar ênfase é no principal mercado das exportações brasileiras de produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado: os Estados Unidos, onde a Rússia chegou ao valor de 916,7 milhões de dólares em 2017, a Índia a 38,7 milhões e a China a 5,7 milhões. Mesmo sendo o maior mercado para o Brasil, o país segue atrás com apenas 1,1 milhão em vendas no mesmo ano. Todavia, no México, o Brasil segue com uma fatia maior do mercado, tendo a China em segundo lugar. Na Turquia, por sua vez, o principal competidor brasileiro é a Rússia, com um pouco mais do que o dobro do valor de exportações do mesmo produto em 2017. Ao analisar o mercado de corindo artificial brasileiro, a principal disputa do Brasil é com a China no mercado norte-americano, onde o Brasil alcançou o valor de 232 milhões de dólares em venda em 2017 e a China 108 milhões no mesmo ano. Por fim, a disputa por mercados internacionais de aparelhos mecânicos para projetar, dispersar ou pulverizar líquidos ou pós se dá entre China e Brasil, principalmente na Argentina, Paraguai e Rússia, sendo o Brasil líder de vendas nos dois primeiros e a China com uma parte maior do mercado russo (ITC, 2018).

Por sua vez, para a análise dos mercados de produtos industrializados russos elegeu-se as seguintes mercadorias: (1) petróleo refinado, (2) produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, (3) madeira de NCM 4407, (4) Veículos aéreos, (5) turborreatores,

turbopropulsores e outras turbinas a gás, (6) produtos laminados planos de ferro ou aço não ligados.

Acerca das exportações de petróleo refinado, a Rússia enfrenta uma forte disputa no mercado turco e no norte americano com a Índia, sendo nesse segundo a Rússia a segunda maior fornecedora do produto, com uma venda de 7 bilhões de dólares em 2017 e a Índia a quarta maior, por sua vez, com uma venda de 2,6 bilhões no mesmo período. Importante enfatizar a disputa pelo mercado de Singapura, onde China, Índia e Rússia exportaram em 2017 o produto na casa dos 4 bilhões de dólares e compartilham um espaço muito semelhante do mercado do país asiático. Já acerca dos produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, há de se destacar a disputa pelo mercado de Taiwan entre Rússia e China e, como já apresentando pelo viés brasileiro, a disputa no território turco com o Brasil (ITC, 2018).

Seguindo com as exportações russas, o mercado chinês de madeira serrada ou fendida longitudinalmente é dominado pela Rússia, e em outros países asiáticos a disputa não é com os países que compõe os BRICS. Já no mercado de veículos aéreos na Ásia, a Rússia exporta em grandes quantidades para o Uzbequistão, onde encontra uma competição com os chineses, e também para a própria China, mercado em que a presença dos produtos em questão vindos do Brasil é bastante significativa. Por fim, as disputas russa com outros países do BRICS pelos mercados de produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado se dá principalmente em dois lugares: na Turquia, onde o Brasil, mesmo estando atrás da Rússia em termos de exportação, alcançou mais de 130 milhões de dólares em vendas em 2017; e no Irã, em que a Rússia compete com China e Índia (ITC, 2018).

Com a Índia não é diferente: suas exportações dos principais produtos com valor agregado maior também enfrentam uma competição das mesmas mercadorias de outros países dos BRICS. Os produtos indianos analisados foram: (1) petróleo refinado, (2) artefatos de joalheria e suas partes, (3) medicamentos, (4) automóveis de passageiros, (5) acessórios de veículos automóveis, (6) embarcações, (7) camisetas, (8) produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado e (9) peças de vestuário feminino.

Além das disputas já apresentadas em Singapura e Estados Unidos pelo mercado de petróleo refinado com China e Rússia, há de se destacar também a competição com países árabes no território do Emirados Árabes Unidos. Já a respeito dos artefatos de joalheria, há uma forte disputa pelos compradores de Hong Kong entre os exportadores chineses e indianos, sendo os primeiros responsáveis por uma venda de 2,9 bilhões de dólares e os segundos, por 2,08 bilhões em 2017. Já no mercado dos Estados Unidos, vê-se que, além da Índia e da China, respectivamente primeiro e segundo maiores fornecedores de tais

mercadorias, a África do Sul surge na décima quarta posição com uma venda no valor de 130 milhões. Nos mercados de automóveis de passageiros, como já apresentado, a disputa é grande no México e no Chile com China e Brasil. Entretanto, quando se trata de acessórios de veículos automóveis, os países desenvolvidos dominam mais mercados, mas, nos Estados Unidos e Turquia, Índia e China também disputam fatias do mercado. Ao se analisar os mercados de peças de vestuário, tanto dos produtos classificados com a NCM 6109 - camisetas -, quanto os de NCM 6204, a disputa entre Índia e China é muito acirrada. Por exemplo, nos mercados dos Estados Unidos e do Reino Unido, a China ficou na frente em 2017, mas no Emirados Árabes Unidos, a Índia teve uma maior parte do mercado (ITC, 2018).

A África do Sul, apesar de ser a economia do grupo com menores valores de exportação, também vê em seus mercados, até mesmo de vizinhos no continente africano, uma competição crescente, principalmente se tratando de seus produtos industrializados, que serão analisados a seguir. Os produtos são: (1) automóveis de passageiros, (2) ferro-ligas, (3) veículos automóveis para transporte de mercadorias, (4) petróleo refinado, (5) centrifugadores, (6) produtos laminados planos de aço inoxidável e (7) acessórios de veículos automóveis.

No principal mercado dos automóveis de passageiros sul africanos, a Alemanha, os principais competidores são os países desenvolvidos. Já nos Estados Unidos, a China aparece como um importante fornecedor do produto. Importante destacar que a África do Sul domina os mercados de seus vizinhos, como Namíbia e Botswana, por exemplo. No mercado chinês de ferro ligas, há uma competição forte entre África do Sul, dominante do mercado com um valor de exportação em 2017 de 1,57 bilhão de dólares, Brasil, na quarta posição, com 647 milhões, e Índia, em quinto lugar, com 451 milhões exportados da mercadoria. Na disputa do mercado do mesmo produto nos Emirados Árabes Unidos há de se destacar que existe uma disputa entre os cinco países que compõe o BRICS, sendo a Índia a maior exportadora do mercado e, logo atrás, China, Rússia e África do Sul aparecem com parcelas parecidas do mercado em 2017. O Brasil vem mais abaixo, na décima sétima posição. Nos mercados de veículos automóveis para transporte de mercadorias em que a África do Sul está presente, é importante mencionar que apesar da economia sul africana dominar seus mercados vizinhos do continente, como Namíbia, Botswana, Zâmbia e Zimbábue, a China e a Índia aparecem nos últimos anos entre os principais fornecedores desses produtos e tirando grande parte da demanda da África do Sul. Em relação ao petróleo refinado, o mercado da Namíbia ganha destaque, pois a Índia, também grande exportadora do produto, como visto anteriormente, está

em segundo lugar no ranking de fornecimento com uma exportação na casa dos 88 milhões, logo atrás da África do Sul, que continua a dominar o mercado com 166 milhões de dólares. Por fim, é importante enfatizar os mercados de produtos laminados planos de aço inoxidável da Rússia e da Argentina. Enquanto no primeiro a África do Sul disputa com China e Índia, no segundo o principal competidor é o Brasil, o qual domina o mercado do segundo maior país da América do Sul (ITC, 2018).

Finalmente, serão analisadas as exportações da maior economia dos BRICS. Como a China possui uma pauta exportadora com produtos de maior valor agregado e tecnológico, a análise dos principais produtos manufaturados é exatamente a análise dos principais produtos exportados. Além disso, há também outra particularidade no caso chinês. Todos os mercados analisados das suas principais mercadorias exportadas são de domínio chinês. Os produtos são: (1) aparelhos telefônicos, (2) máquinas automáticas para processamento de dados, (3) circuitos integrados eletrônicos, (4) peças de máquinas de processamento, (5) monitores e projetores, (6) Partes de veículos de automóveis, (7) aparelhos de iluminação, (8) dispositivos de cristais líquidos, (9) artigos de couro, (10) dispositivos semicondutores e (11) móveis.

Entre os principais mercados chineses de destino desses produtos, os países dos BRICS não estão nem entre os principais competidores da China. Em sua maioria, são países asiáticos e países desenvolvidos que disputam com a China esses mercados. Há de se destacar, por exemplo, o mercado de Hong Kong de aparelhos telefônicos, em que a China, em 2017, teve mais de 82% dos importadores comprando seus produtos. Percentuais muito altos também foram verificados para os mercados de peças de máquinas de processamento, em que a China possui mais de 2/3 dos mercados de Hong Kong, Estados Unidos e México. Portanto, vê-se na prática capacidade exportadora chinesa tratada nas seções anteriores (ITC, 2018).

O que se pode observar é que, apesar de também ser forte a competição com países desenvolvidos, os países em desenvolvimento - principalmente de dentro dos BRICS - também são responsáveis por diminuir os mercados uns dos outros em diversas regiões e em distintos setores econômicos. Além disso, importante mencionar, como já exposto anteriormente, que muitas dessas competições por mercados são originadas através de incentivos artificiais dos governos. Essa diminuição da fatia de mercado de um produto industrial pode ser interpretada internamente pela economia como um desestímulo para o investimento, que pode levar à desindustrialização, à reprimarização da pauta exportadora e à vulnerabilidade externa frente à volatilidade dos preços dos produtos primários e, assim, à deterioração dos termos de troca.

5 CONCLUSÃO

Como apresentado na introdução, o presente trabalho procurou responder algumas questões relevantes em relação ao desenvolvimento dos BRICS como grupo em institucionalização. Inicialmente, foi dada maior atenção às questões correspondentes às leis de Kaldor. Procurou-se discutir a política industrial, o papel do estado e, principalmente, no modo como esses dois se relacionam com as políticas de comércio exterior, detalhando este em relação à pauta de exportação dos países, principais resultados e objetivos a serem alcançados.

No primeiro capítulo, ainda no que tange aos aspectos teóricos, foi discutida a importância do mercado externo para os objetivos de crescimento e desenvolvimento dos Estados, assim como sua relevância para as empresas domésticas. Também foram debatidas as possibilidades de inserção do país no comércio internacional, podendo optar basicamente por aderir ao princípio das vantagens comparativas, dando foco as exportações de produtos em que o país apresenta maiores retornos em detrimento de outras mercadorias, ou por buscar elevar o valor agregado da pauta exportadora, impulsionando a indústria internamente e relacionando esta com as políticas de comércio exterior. Por um lado, argumenta-se que não há problema algum no fato do país adotar como estratégia de crescimento a expansão das exportações de setores primários, pois essas são capazes de aumentar a renda interna e de expandir a economia via efeito multiplicador sobre outros setores (SCHULTZ, 1964; LIPTON, 1968; CHAYANOV, 1966; apud MARCONI, MAGACHO; ROCHA, 2014). Já em divergência dessa proposta, é apresentada a busca por uma mudança estrutural na pauta exportadora, no sentido do aumento no volume de produtos manufaturados e bens de alto nível de tecnologia para que seja alcançado um modelo de crescimento sustentável no longo prazo (KALDOR, 1966, 1981; CORNWALL, 1977; VERDOORN, 1949; SINGH, 2005, 2006; PREBISCH, 1986; FURTADO, 1961; TAVARES, 1998; apud MARCONI, MAGACHO; ROCHA, 2014).

Ao analisar individualmente os cinco países, apesar das diferenças encontradas a respeito do papel do Estado, resultados no comércio exterior e composição da pauta exportadora, observou-se que há mais semelhanças do que o esperado nas hipóteses iniciais. Entre as similaridades verificadas, destacam-se o processo de abertura da economia no fim do século passado, com diminuição das barreiras de importação e elevação nos principais indicadores de comércio exterior, e a presença de um Estado orientador das questões

econômicas - com maior ou menor grau de intervenção em cada um dos cinco membros - e que busca melhorar a posição do país no sistema internacional, tanto no âmbito comercial quanto em questão do poder político, principalmente por meio de maior presença e influência nas instituições multilaterais de governança internacional.

Um ponto a ser destacado é o da distância da China em relação aos outros quatro países que compõem os BRICS em diferentes termos. Entre os pontos que correspondem à essa distância, têm-se (1) sua complexa estrutura produtiva, com maior nível de encadeamento entre os setores e com melhores indicadores na produção industrial, (2) a composição da pauta exportadora com produtos de maior valor agregado e com níveis mais elevados de tecnologia, (3) seus altos valores de importação e exportação com os outros quatro países do grupo, sendo o principal parceiro comercial de todos e, por fim, (4) o largo domínio observado dos mercados internacionais de seus principais produtos exportados. A partir desses pontos, e com maior protagonismo também nas relações de poder nas políticas do grupo, “no âmbito dos BRICS, existe sempre o risco de que o grupo venha a se converter em algo como a China e mais quatro” (BAUMANN, 2015). Com esse cenário sendo realizado, o BRICS tornar-se-ia um grupo que se diz multilateral, mas sem as bases reais da multilateralidade, colocando os interesses chineses acima dos objetivos do bloco (PESEK, 2014 apud ABDENUR; FOLLY, 2015).

No terceiro capítulo, pretendeu-se realizar uma análise sob o dilema de cooperação e competição comercial do grupo, sem que fosse deixado de lado a visão de Kaldor a respeito da estratégia de inserção internacional. Verificou-se que, apesar dos BRICS terem aumentado de forma significativa os índices de exportação e importação entre os membros durante a primeira década do século XXI, esse aumento não foi observado durante os últimos sete anos. É nítida a complementaridade entre as economias quando analisado o comércio intra-BRICS com dados mais recentes. Entretanto, é ainda possível identificar um grande potencial não explorado no comércio entre Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, sem que haja um impedimento desses países continuarem a comercializar com a China (DAMICO, 2015). A avaliação dos dados de comércio permite afirmar que a cooperação comercial se deve muito mais às diversas relações bilaterais do que a estratégias de exportação e importação entre os BRICS como grupo, portanto, não há como confirmar que há uma integração comercial efetiva em desenvolvimento (DE CASTRO, 2013).

Ao partir para o estudo das disputas de mercado realizadas entre os cinco países em diferentes continentes, vê-se que esses estão fracionando uns dos outros mercados de seus produtos manufaturados. Apesar dos países desenvolvidos ainda terem papel significativo

nessa disputa por mercado de produtos de maior valor agregado, os cinco países dos BRICS competem entre si e, em muitas regiões, disputam diretamente entre eles por consumidores dessas mercadorias. Além disso, como apresentado também no terceiro capítulo, apesar dos BRICS se apresentarem como contrários às medidas protecionistas e que vão de encontro às políticas da OMC, os cinco países do grupo são responsáveis por praticamente $\frac{1}{3}$ dos impactos negativos a si próprios originados por distorções do comércio exterior, principalmente acerca dos incentivos artificiais à exportação, o que conduz a um novo elemento de disputa dentro do grupo. Segundo, Evenett (2015), para que seja mantida a justiça e a ordem nas trocas comerciais, deve-se deixar os preços sem alterações artificiais, reduzir as margens de lucro e eliminar os incentivos à exportação dessa natureza (EVENETT, 2015).

Por fim, conclui-se que os BRICS, ao decorrer dos últimos dez anos, de Ecaterinburgo, em 2009, a Johannesburgo, em 2018, apesar de terem ocorrido avanços importantes, como o alinhamento frente às demandas por reformas do sistema internacional, a criação de duas importantes instituições - o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas -, houve também um aumento do escopo de assuntos tratados nas cúpulas em prol da cooperação, o que deixou o tema do comércio internacional em um segundo plano, como visto no baixo número de vezes que o assunto foi tratado nos encontros de chefes de Estado do grupo. Ainda não há uma integração comercial com resultados evidentes e nem uma estratégia de comércio adotada em conjunto. Já em relação às exportações de produtos de maior valor agregado, a China apresenta os melhores indicadores, inclusive usando os mercados dos outros quatro países dos BRICS como importantes fontes de demandas e, assim, incentivos para continuar a expansão de sua estrutura produtiva industrial. Brasil, Rússia, Índia e África do Sul ainda encontram dificuldades em estruturar uma pauta exportadora de manufaturados e, de acordo com a análise feita no trabalho, ainda não conseguem encontrar nos BRICS e em suas recentes instituições uma forma de buscar resultados mais satisfatórios em relação a esse indicador.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O novo banco de desenvolvimento e a institucionalização do brics. In: fundação alexandre de gusmão. **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. p. 79-114.

ABRAHIM, Thabita Fonseca. **Vi cúpula dos brics: a construção do novo banco de desenvolvimento e do arranjo contingente de reservas**. 2014. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ADRIANO, Leandro Terra. Keohane e o institucionalismo liberal: conflitos ontológicos na construção teórica das Relações Internacionais. **E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Uni-bh**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, dez. 2012.

ALVES, André. **BRICS: Cooperation, Competition and Rivalry in a Multipolar World**. IPEA, 2011.

ALVES, Jeruza Haber. **Termos de troca e crescimento econômico: a relação entre diferentes parceiros comerciais e grupos de produtos no brasil**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

AMORIM, Celso. **Existe realmente el BRIC**. Economia Exterior, Madri, 2010.

ARTICULAÇÃO SUL. **Sociedade civil e o novo banco d e desenvolvimento:: a onde estamos e para onde vamos ?**. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/sociedade_civil_e_o_novo_banco_de_desenvolvimento.pdf#overlay-context=publicacoes/sociedade-civil>. Acesso em: 07 set. 2018.

BANIK, Arindan; PADOVANI, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crise. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p.67-93, 2014.

BARBOSA-FILHO, Nelson. A Note on the Theory of Demand-Led Growth. **Contributions To Political Economy**, Rio de Janeiro, v. 19, p.19-32, 2000.

BAUMANN, Renato. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. In: Fundação Alexandre De Gusmão. **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. p. 21-54.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e os demais BRICS: comércio e política**. Brasília: Ipea, 2010. 179 p.

BERTOLA, L.; HIGACHI, H.; PORCILE, G. Balance-of-payments-constrained growth in Brazil: a test of Thirlwall's law. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 25, n. 123, 2002.

BOND, Patrick; GARCIA, Ana Saggiaro. Perspectivas críticas sobre os BRICS. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18, p.15-40, 2014.

BRANCO, Roberto Castello. **Os BRICS: oportunidades e desafios**. 2015. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14087/Os_Brics_Oportunidades_e_Desafios.pdf>; Acessado em 23 de junho de 2018.

BRIC. I **Cúpula: Declaração Conjunta**. 2009. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRIC. II **Cúpula: Declaração**. 2010. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/74-segunda-declaracao-conjunta>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRICS. **10th BRICS Summit Johannesburg Declaration**. 2018. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/30190/10th_BRICS_Summit_Johannesburg_Declaration>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRICS. **7th Meeting of the BRICS Trade Ministers**. 2017. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/7th-Meeting-of-the-BRICS-Trade-Ministersfinal.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRICS. 8th Brics Summit Goa Declaration. 2016. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/declaracaolideres/8TH-BRICS-SUMMIT.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRICS. III Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Sanya. 2011. [Http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta](http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta). Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRICS. IV Cúpula: Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi. 2012. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRICS. Nona Cúpula do BRICS Declaração de Xiamen. 2017. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/Declarao-de-Xiamen.-Final.-Traduo.-.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRICS. Sixth BRICS Summit – Fortaleza Declaration. 2014. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/declaracaolideres/Sixth-BRICS-Summit.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRICS. V Cúpula: Declaração e Plano de Ação de eThekwini. 2013. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/77-quinta-declaracao-conjunta>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRICS. VII BRICS Summit Ufa Declaration. 2015. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/declaracaolideres/VII-BRICS-Summit.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, set. 2015.

CASILLAS, Luis R.. Kaldor versus Prebisch on Emplment and Industrialization. **Journal Of Post Keynesian Economics**, v. 16, n. 2, p.269-288, 1994.

CASTRO, Tereza de. **Trade among BRICS countries: Changes towards closer cooperation?** 2013. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/259477470_Trade_among_BRICS_countries_Changes_towards_closer_cooperation>. Acesso em: 10 out. 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria Das Relações Internacionais**. Brasília: Funag, 2012.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianie do Nascimento; GUEDES, Juliana Freitas de Cerqueira. Cálculo do índice de vantagem comparativa revelada para a exportação da soja em grãos do estado da bahia de 2004 a 2014. In: **XI encontro de economia baiana**, 11., 2015, Bahia. Bahia: Economia Baiana, 2015. p. 41 - 52.

DAMICO, Flávio. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. In: Fundação Alexandre De Gusmão. **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. p. 55-78.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Política industrial na china, na índia e no brasil: legados, dilemas de coordenação e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2015. 72 p.

DORNELES, Tathiane Marques; DALAZOANA, Francisca Maciel de Lima; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Análise do índice de vantagem comparativa revelada para o complexo da soja sul-mato-grossense. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 60, p.5-15, 2013.

DREHER, Lídia Pereira. **O modelo de diplomacia asiático e sua influência na estratégia dos brics para um sistema internacional multipolar**. 2015. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

EVENETT, Simon. **BRICS Trade Strategy: Time for a Rethink**. Londres: Cepr Press, 2015.

EVENETT, Simon. **The BRICS trade strategy: Time for a rethink**. 2015. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/brics-trade-strategy-time-rethink>>. Acesso em: 17 maio 2018

FEIJÓ, Carmem Aparecida; LAMONICA, Marcos Tostes. **Crescimento e industrialização no Brasil: As lições das leis de Kaldor**. 2011.

FEISTEL, Paulo Ricardo; HIDALGO, Álvaro Barrantes. **As vantagens comparativas e a evolução recente da estrutura do comércio exterior brasileiro**. 2013. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Temas%20Especiais/AS%20VANTA

GENS%20COMPARATIVAS%20E%20A%20EVOLU%C3%87%C3%83O%20RECENTE%20DA%20ESTRUTUTRA.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. **Leviathan**, São Paulo, v. 11, p.121-144, 08 ago. 2017.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION. **The Selective Employment Tax**. 1967. Disponível em: <<https://fee.org/articles/the-selective-employment-tax/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

FRANKEL, Jeffrey A.; ROMER, David. Does Trade Cause Growth? **The American Economic Review**, p.379-399, 1999.

GARCIA, Ana Elisa Saggiaro. BRICS: UM BALANÇO CRÍTICO. **Cadernos do Ceas**, Salvador/recife, n. 241, p.374-391, maio 2017.

GENNARI, Adilson Marques. GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL NOS ANOS 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.30-45, 2001.

HIDALGO, Álvaro Barrantes; MATA, Daniel Ferreira Pereira Gonçalves da. **Competitividade e Vantagens Comparativas do Nordeste Brasileiro e do Estado de Pernambuco no Comércio Internacional**. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Alvaro_Hidalgo2/publication/255618828_Competitividade_e_Vantagens_Comparativas_do_Nordeste_Brasileiro_e_do_Estado_de_Pernambuco_no_Comercio_Internacional/links/5575ca3e08aeb6d8c01ae4d9/Competitividade-e-Vantagens-Comparativas-do-Nordeste-Brasileiro-e-do-Estado-de-Pernambuco-no-Comercio-Internacional.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

ITC, **Trade statistics for international business development**. Disponível em: <<https://www.trademap.org/Index.aspx>> Acesso em: 13 mai. 2018.

KALDOR, Nicholas. Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom. **Cambridge University Press**, Cambridge, 1966.

KALDOR, Nicholas. Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom. **Further essays on economic theory**. Nova Iorque, 1978.

KALDOR, Nicholas. Discussion, in D. Currie, R. Nobay, D. Peel (eds.). **Macroeconomic Analysis**. Londres, 1981.

KALDOR, Nicholas. Alternative Theories of Distribution. **The Review Of Economic Studies**, Londres, v. 23, n. 2, p.83-100, 1956.

KALDOR, Nicholas. Economic Growth and the Verdoorn Law--A Comment on Mr Rowthorn's Article. **The Economic Journal**, Oxford, v. 85, n. 340, p.891-896, dez. 1975.

KEOHANE, Robert O.. International Institutions: Two Approaches. **International Studies Quarterly**, Harvard, v. 32, n. 4, p.379-396, dez. 1988.

KRUEGER, Anne. Why Trade Liberalisation is Good for Growth. **The Economic Journal**, Oxford, v. 108, p.1513-1522, 27 dez. 2001.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional, Teoria e Política**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

LAWRANCE, Robert; EDWARDS, Lawrence. **South African Trade Policy and the Future Global Trading Environment**. 2012. Disponível em: <https://www.saiaa.org.za/wp-content/uploads/2013/06/saia_sop_128-EDIP_-edwards-lawrence_20130207.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A Ascensão da China Como Potência: Fundamentos Políticos Internos**. Rio de Janeiro: Funag, 2010.

MARCONI, Nelson; MAGACHO, Guilherme R.; ROCHA, Igor L.. Estratégias de desenvolvimento nos BRICS: Uma análise Insumo-Produto. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 29, n. 29, p.120-134, 2014.

MARINHO, Emerson Luís Lemos; NOGUEIRA, Cláudio André Gondim; ROSA, Antônio Lisboa Teles da. Evidências empíricas da lei de Kaldor-Verdoorn para a indústria de transformação do Brasil (1985-1997). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, jul. 2002.

MARINHO, Emerson; BENEGAS, Mauricio; BARRETO, Flavio. Vantagem comparativa dinâmica e crescimento numa economia com dois setores: agrícola e industrial. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, out. 2007.

MENDES, Flávio Pedroso; LIMA, Shênia Kellen de. Realismo e institucionalismo neoliberal: um panorama da evolução do mais representativos debate da teoria das relações internacionais. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, 2005.

MINERVINI, Nicola. **O Exportador**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2012. 325 p.

MOGOE, Seipati. The Impact of International Trade on Economic Growth in South Africa: An Econometrics Analysis. **Mediterranean Journal Of Social Sciences**, Limpopo, jul. 2014.

NETO, Abrão et al. O perfil tarifário dos BRICS. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Org.). **OS OS BRICS NA NA OMC Organizadores Vera Thorstensen Ivan Tiago Machado Oliveira Políticas Comerciais Comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: Ipea, 2012. p. 37-98.

NOGUER Marta; SISCART Marc. Trade raises income: a precise and robust result. **Journal Of International Economics**, v. 65, p.447-460, mar. 2005.

ONUKEI, Janina. **Organizações Internacionais: o debate teórico nas Relações Internacionais**. 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/177384/mod_resource/content/1/Debate%20Te%C3%B3rico%20OIs%20-%20Revis%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PAULA, Josiane Souza de; MIRANDA, Maria Inês Cunha. Análise do padrão de comércio entre os países do BRICS. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p.1005-1032, mar. 2017. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/3438/3823>>. Acesso em: 18 out. 2018.

PENNAFORTE, Charles. A Política Externa Brasileira Pós-Impeachment: Mudança ou Estagnação? In: XVI CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 16., 2017, Salvador. **FoMerco**. Bahia: Uneb, 2017. p. 1 - 14.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. O modelo de desenvolvimento de Kaldor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.51-67, jun. 1975.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil?** 2008. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

PILLAY, Pundy. **South Africa in the 21st Century: Some Key Socio-Economic Challenges**. 2000. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/suedafrika/07195.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

PRADO, Lídia Domingues Peixoto. **A política externa do primeiro governo Lula (2003-2006)**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REEDING, Stephen. Dynamic comparative advantage and the welfare effects of trade. **Oxford University Press**, Oxford, v. 51, p.15-39, 1991.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Edição 1996, Os Economistas. Círculo do livro Ltda. São Paulo, 1996.

RICOY, Carlos J.. **Kaldor on growth as a demand-induced process**. 2001. Disponível em: <http://growth-distribution.ec.unipi.it/fullT/Ricoy_Lucca.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

RIZZI, Kamilla Raquel; SCHÜTZ2, Nathaly Xavier. Política externa da nova África do Sul: reinserção e afirmação regional. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.181-201, jan. 2014.

RODRIK, Dani. Políticas de diversificación económica. **Revista Cepal**, Santiago, p.7-23, dez. 2005.

ROSSTAT. **RUSSIA IN FIGURES 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.gks.ru/free_doc/doc_2015/rusfig/rus-15e.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

ROWTHORN, R. E.. What Remains of Kaldor's Law? **The Economic Journal**, Oxford, v. 85, n. 337, p.10-19, mar. 1975.

SERRANO, Franklin; MAZAT, Numa. A macroeconomia da federação russa: do tratamento de choque à recuperação nacionalista – uma interpretação heterodoxa. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.217-256, jan. 2017.

SHARMA, Sachin Kumar; KALLUMMAL, Murali. **A GTAP Analysis of the Proposed BRICS Free Trade Agreement**. 2012. Disponível em:

<<https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/download/5989.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. Tecnologia na Indústria: O learning by doing. In: SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Economia Industrial**. Eumed, 2005. Cap. 5. p. 140-142.

SOUZA, Asriel Gonçalves; SOUZA, Juliana Cristina de Oliveira; OLIVEIRA, Tamires Matos de. **Política externa brasileira: de lula a temer descontinuidades e progressos**. 2016. Disponível em:

<https://www.usc.br/custom/2008/uploads/anais/reasons_week_2015/2016/trabalhos_2016/103-123-Asriel_Goncalves_Souza1.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas, 1998.

THIRLWALL A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, v. 128, p. 45-53, 1979.

THIRLWALL, A. P.; HUSSAIN, M. Nureldin. The Balance of Payments Constraint, Capital Flows and Growth Rate Differences between Developing Countries. **Oxford Economic Papers**, v. 34, n. 3, p.498-510, nov. 1982.

THIRLWALL, Anthony. Professor Krugman's 45-degree rule. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 14, n. 1, p. 131-147, 1991.

THORSTENSEN, Vera et al. O perfil dos brics no comércio internacional. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Org.). **OS OS BRICS NA NA OMC Organizadores Vera Thorstensen Ivan Tiago Machado Oliveira Políticas Comerciais Comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: Ipea, 2012. p. 29-36.

THORSTENSEN, Vera et al. Os BRICS como atores na organização mundial do comércio. In: THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (Org.). **OS BRICS NA OMC Organizadores Vera Thorstensen Ivan Tiago Machado Oliveira Políticas Comerciais Comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: Ipea, 2012. p. 17-28.

VERDOORN, P. J.. Verdoorn's Law in Retrospect: A Comment. **The Economic Journal**, v. 90, n. 358, p.382-385, jun. 1980.

VIEIRA, Fabrício de Assis C.; HOLLAND, Márcio. Crescimento econômico secular no brasil, modelo de Thirlwall e termos de troca. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 2, p.17-46, 2008.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política Externa no Período FHC: a Busca de Autonomia pela Integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p.31-61, 2003.

VISENTINI, Paulo Fagundes. AS DIMENSÕES ESQUECIDAS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS (1949-1979). **SÉculo XXI: Revista de Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.15-26, abr. 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.381-397, 2005.

WTO. **BRICS - Trade Policies, Institutions and Areas for Deepening Cooperation**. 2013. Disponível em: <<http://wtocentre.iift.ac.in/FA/Brics.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.